

TATIANA CIAN BOTARO

UMA ABORDAGEM DO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DAS
CONSTRUÇÕES ADVERSATIVAS SOB A ÓTICA DA
GRAMATICALIZAÇÃO

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos (Área de Concentração: Análise Lingüística)

Orientador: Profa. Dra. Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi

São José do Rio Preto
2010

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Profa. Dra. Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi - Orientadora
Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti
Profa. Dra. Angélica T. Carmo Rodrigues

Suplentes

Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho
Profa. Dra. Célia Regina dos Santos Lopes

SUMÁRIO

	pág.
Lista de Quadros	5
Lista de Tabelas	6
Resumo	9
<i>Abstract</i>	10
Introdução	11

CAPÍTULO 1

As construções adversativas na literatura	19
1.1. Perspectiva Normativa	19
1.2. Perspectiva Descritiva	21
1.3. Funcionamento sintático-semântico de <i>mas</i>	26
1.4. Funcionamento interacional de <i>mas</i>	35
1.5. Traços definidores da conjunção prototípica <i>mas</i>	36

CAPÍTULO 2

Fundamentação teórica	38
2.1. Gramaticalização: conceitos correntes	38
2.1.1. Mudanças de natureza cognitiva e pragmática: metáfora e metonímia	43
2.1.2. Mudanças de natureza morfossintática: analogia e reanálise	52
2.2. Gramaticalização e Junção	57
2.3. A perspectiva textual-interativa	63

CAPÍTULO 3

Procedimentos Metodológicos	65
3.1. A constituição dos <i>corpora</i>	65
3.1.1. <i>Corpora</i> do século XIX	66
3.1.2. <i>Corpora</i> do século XX	67
3.2. Metodologia de pesquisa	70

CAPÍTULO 4

Adversidade nas cartas dos séculos XIX e XX	73
4.1. Apuração das frequências nos <i>corpora</i> estabelecidos	73
4.2. Funcionamento sintático-semântico das construções adversativas	77
4.2.1. O uso de PORÉM	86
4.2.2. O uso de ENTRETANTO	89
4.2.3. O uso de NO ENTANTO	92
4.2.4. O uso de CONTUDO	94
4.2.5. O uso de TODAVIA	97
4.2.6. O uso de SÓ QUE	99
4.3. Graus de gramaticalidade das construções adversativas	100
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

Lista de Quadros

Quadro 1: Correlação entre categorias cognitivas, classe de palavras e tipo de constituintes (Cf. Heine <i>et al.</i> , 1991a; p.53)	46
Quadro 2: Principais diferenças entre a atuação da metáfora e da metonímia (cf. Gonçalves <i>et al.</i> , 2007)	52
Quadro 3: Relações semânticas das orações complexas (cf. Halliday, 1985, p.197)	60
Quadro 4: Correlação entre expansão e eixo tático	61

Lista de Tabelas

Tabela 1: Frequência dos níveis de articulação sintática nas amostras dos séculos XIX e XX	29
Tabela 2: Relações de sentido estabelecidas por <i>mas</i>	34
Tabela 3: Ocorrências das construções adversativas	74
Tabela 4: Construções adversativas nos <i>corpora</i>	74
Tabela 5: Correlação entre o tipo de construção adversativa e o tipo de carta	76
Tabela 6: Correlação entre tipo de construção e posição sintática – século XIX	78
Tabela 7: Correlação entre tipo de construção e posição sintática – século XX	79
Tabela 8: Tipo de construção e tipo de articulação sintática	81
Tabela 9: Tipo de construção e tipo de acepção de sentido	85
Tabela 10: Matriz de traços de um juntor adversativo prototípico	101

a meus pais,
pelos ensinamentos eternos e pelo apoio irrestrito

a Vinicius,
pela compreensão e pelo intenso carinho

Agradecimentos

À professora Sanderléia, pela rica orientação, pelos valiosos ensinamentos e pela confiança em meu trabalho. Minha gratidão por ter me ajudado a desvendar o caminho da pesquisa acadêmica.

Às professoras Angélica e Erotilde, pela leitura atenciosa deste trabalho e pelas preciosas observações e sugestões.

Aos amigos, que me acompanharam nessa trajetória de descobrimentos.

A meus pais, a meus avós e a meu marido, que sempre incentivaram e apoiaram minhas escolhas.

À FAPESP pelo apoio financeiro.

Resumo

O objetivo deste trabalho é, a partir de uma abordagem pancrônica, estudar o funcionamento sintático-semântico-pragmático das construções adversativas do português – *porém*, *no entanto*, *entretanto*, *contudo*, *todavia* e *só que* – durante os séculos XIX e XX. Analisamos o processo de evolução dessas construções, juntamente com o processo evolutivo dos itens adversativos que fazem parte delas, tendo como parâmetro a trajetória do item prototípico *mas*. Essa análise tem como propósito verificar se realmente há uma tendência típica de mudança, no domínio das adversativas, em que os itens seguem de um uso predominantemente textual para um uso predominantemente interativo. Não se trata, portanto, de investigar a constituição adversativa dos itens, mas de caracterizar essas construções adversativas, instáveis por natureza, à luz de sua evolução enquanto articuladoras do texto, isto é, queremos focalizar apenas um pequeno quadro desse processo maior de mudança envolvendo os juntores adversativos. Para isso, nos baseamos em pressupostos teóricos da gramaticalização, inter-relacionados a alguns aspectos teóricos relevantes sobre junção, como hierarquia sintática e relações semânticas. Seguindo Hopper e Traugott (1993) e Heine (2003), definimos Gramaticalização como um processo de mudança linguística unidirecional e gradual que focaliza o surgimento de formas e construções gramaticais, o modo como elas são usadas e o modo como elas moldam a língua. Também nos baseamos em pontos teóricos da perspectiva textual-interativa que serviram de base para explicar o funcionamento mais interacional de algumas das construções analisadas, uma vez que, segundo Jubran (2006), a perspectiva textual-interativa tem como foco de investigação a construção textual, tida como produto da interação social, juntamente com os fatores enunciativos. Com isso, essa perspectiva pôde nos auxiliar, principalmente, na classificação e na explicação do papel textual e/ou interativo dos itens em tela. O *corpus* de pesquisa é constituído de uma única Tradição Discursiva complexa: a TD “carta”. Para tanto, foram selecionadas cartas pessoais e midiáticas, produzidas nos séculos XIX e XX, no estado de São Paulo, que foram analisadas quantitativa e qualitativamente, a partir das perspectivas sincrônica e diacrônica. Especificamente, com relação à abordagem quantitativa, partimos dos estudos de Bybee (2003), que apontam como importantes métodos de aferir a frequência de usos em estudos sobre mudança a frequência *token* e a frequência *type*. Da análise das construções adversativas, os resultados apontam para a tendência de essas construções seguirem, até certo ponto, um percurso semelhante ao de *mas*, no entanto elas se diferenciam por não serem construções multifuncionais como *mas*, ou seja, enquanto *mas* apresenta mais de uma trajetória de gramaticalização, as demais construções, no *corpus* analisado, apresenta uma única trajetória. Elas caminham para uso fortemente textual, especializando-se em articular sequências discursivas maiores, no entanto não são usadas para articular sintagmas não-oracionais, tampouco são usadas em um contexto mais interacional.

Palavras-Chave: Gramaticalização, Junção, Construções adversativas.

Abstract

This study aims at investigating, from a panchronic approach, the syntactic-semantic-pragmatic behavior of adversative constructions from the Portuguese Language – *porém*, *no entanto*, *entretanto*, *contudo*, *todavia* and *só que* (conjunctions that express the same idea as however, yet, nevertheless, but and although) – during the XIX and XX centuries. We have analyzed the evolutive process of such constructions along with the evolutive process of the adversative items that belong to them, based on the trajectory of the prototypical item “mas” (but). This analysis aims at verifying whether there really is a typical tendency for changes in the domain of adversatives, where the items change from a mainly textual usage to a mainly interactive usage. Therefore, the aim is not to investigate the adversative constitution of the items, but to characterize these adversative constructions, which are naturally unstable, in accordance with their evolution as textual articulators. In other words, we want to focus only a small part of this great process of change involving the adversative conjunctions. In order to do so, we relied upon theoretical assumptions of grammaticalization interrelated with some relevant theoretical aspects regarding junction, such as syntactic hierarchy and semantic relations. According to Hopper and Traugott (1993) and Heine (2003), we have defined Grammaticalization as a one-way gradual process of linguistic change that focuses on the appearance of grammatical forms and constructions, the way they are used and the way they mold language. We also considered theoretical points of textual-interactive perspective that worked as a basis to explain the interactional behavior of some constructions analyzed. According to Jubran (2006), the textual-interactive perspective aims at investigating textual construction, considered a product of social interaction along with enunciative factors. Consequently, this perspective could mainly help us classifying and explaining the textual and/or interactive role of the items under discussion. The research *corpus* is made of an only complex Discursive Tradition: the DT “letter”. Therefore, we have selected personal and media letters produced in the XIX and XX centuries, in the State of São Paulo. These letters were quantitative and qualitatively analyzed based on the synchronic and diachronic perspectives. Specifically regarding the quantitative approach, we considered studies from Bybee (2003), which indicate *token* and *type* frequencies as important methods to assess the frequency of uses in studies about change. Regarding the analysis of adversative constructions, the results indicate that they tend to follow a course which is similar to that followed by “mas” (but), however they are different because they are not multifunctional constructions as “mas”. In other words, while “mas” presents more than one grammaticalization trajectory, the other constructions in the corpus analyzed present only one trajectory. They move towards a strongly textual use, specializing in the articulation of greater discursive sequences. However, they are not used to articulate syntagms that are not clauses, neither are used in interactional contexts.

Keywords: Grammaticalization, Junction, Adversative constructions.

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa está vinculado ao Projeto de História do Português Paulista (PHPP) – Projeto Caipira - que consiste em um grupo articulado de projetos da área de Linguística Histórica, cujo objetivo é investigar, concomitantemente, a formação da sociedade paulista e as variedades linguísticas do português brasileiro, em particular as documentadas no Estado de São Paulo. O PHPP tem como coordenador geral o Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho, e está subdividido em grupos de pesquisas, sendo um deles intitulado “Diacronia dos processos constitutivos do texto”, coordenado pelas Profas. Dras. Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran e Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi, ao qual o presente trabalho de pesquisa encontra-se vinculado.

Com base em pressupostos da Gramaticalização aliados à perspectiva textual-interativa, este trabalho tem como objetivo maior analisar as construções adversativas do português, com o propósito de percorrer as etapas evolutivas de juntores que integram essas construções, tendo como parâmetro a trajetória do item adversativo prototípico *mas*, que estaria em estágio mais avançado de gramaticalização: advérbio *magis* > juntor textual > articulador textual-interativo.

A tradição gramatical brasileira define as conjunções adversativas (*mas*, *porém*, *no entanto*, *entretanto*, *contudo* e *todavia*) como palavras invariáveis capazes de relacionar duas orações ou dois termos da mesma oração que sejam funcionalmente equivalentes, exprimindo relação de oposição, contraste ou ressalva (CEGALLA, 1985; CUNHA & CINTRA, 1985; ROCHA LIMA, 1972; SACCONI, 1990; dentre outros). Dessa forma,

arrola dentro dessa classe de palavras uma grande quantidade de itens com comportamentos distintos e com singularidades relacionadas aos seus funcionamentos sintático, semântico e pragmático.

Em pesquisa anterior, realizada em estágio de Iniciação Científica (BOTARO, 2006), cujo objetivo foi descrever o comportamento sintático-semântico das conjunções adversativas do português - *mas, só que, porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto* – ficou evidente que há uma falta de consenso entre o que é postulado pela literatura normativa e o real funcionamento desses juntadores, e que a diferença de emprego existente entre esses itens pode ser explicada, em grande parte, pelos processos de gramaticalização que deram origem a eles. Nesse sentido, argumentamos que o domínio das adversativas do português é instável, já que reúne uma quantidade de itens fluidos com comportamentos parcialmente diferenciados, o que indicia fortemente gramaticalização.

Mithun (1988), ao estudar uma grande variedade de línguas, mostrou que, apesar de muitas delas não terem marcas formais de coordenação, há muitas outras línguas que explicitam, por meio de marcas formais, essa relação de junção entre orações. Recuperando a história dessas marcas, a autora constatou uma estreita ligação entre as classes de advérbio e conjunção: há uma tendência em advérbios funcionarem como fonte para conjunções. Em muitos casos, afirma ela, é impossível a distinção entre essas duas categorias. Câmara Jr. (1975), por sua vez, ao estudar a história das conjunções coordenativas em português, afirma categoricamente que “geneticamente, uma conjunção coordenativa é sempre um advérbio”. É nessa natureza adverbial que encontramos explicação para o comportamento fluido de grande parte das adversativas¹.

¹Longhin-Thomazi (2003, 2005, 2006ab) mostrou que as conjunções de coordenação têm uma origem por excelência: derivam de advérbios pronominais, itens que, além de exprimirem circunstâncias, atuam como mecanismos de coesão, ligando partes do texto e estabelecendo relações de sentido. Nesses trabalhos, buscou explicitar as relações de sentido existentes entre os itens fonte e alvo, relações estas que estariam na origem da derivação histórica. Além disso, priorizou a investigação do(s) contexto(s) linguístico(s) que teria(m) favorecido a alteração na fronteira dos constituintes e a posterior reinterpretação de advérbio como conjunção.

Partindo, então, dessa concepção de que construções já existentes na língua são usadas com uma nova função, apontamos para os constantes acréscimos que a classe das conjunções tem recebido, não só de construções de origem adverbial, mas também de construções perifrásticas como *só que* - frequentes em dados de fala e de escrita - que concorrem com as construções adversativas com *mas*, como mostra o exemplo (01), extraído de Longhin-Thomazi (2003). Nessa ocorrência, *só que* cancela uma pressuposição ou parte de uma pressuposição do interlocutor, apresentando uma diferença entre o que é pressuposto e o que está dito, por isso é chamado pela autora de “marcador de diferença”.

- (01) Eles parecem ter acertado na criação de uma Aspirina com menos reações adversas – a PolyAspirin. O analgésico continua o mesmo. **Só que** os pesquisadores o combinaram quimicamente ao plástico do qual são feitas as drágeas dos medicamentos mais modernos. (Veja, ano 33, nº 35, p.81)

Outro caso de inovação mais recente na classe das conjunções é o da perífrase conjuncional *enquanto que*, de origem adverbial. Segundo Pezatti e Longhin-Thomazi (2008), *enquanto* se combina com *que*, formando uma perífrase adversativa, conforme (02), fornecido pelas autoras. Nesse caso, argumentam elas, “tempo” deu lugar a “contraste”: a simultaneidade temporal de eventos ou fatos em algum sentido conflitantes ou incompatíveis permitiu a inferência de contraste, que acabou por se convencionalizar.

- (02) (...) o sindicato patronal ... ABORDA determinados temas... determinadas questões sobre um determinado PRISma **enquanto que**... os sindicatos... diretamente... subordinados... aos empregados... têm naturalmente um conteúdo... uma dinâmica mais social às suas... reivindicações. [DID REC 131]

Ademais, a classe das adversativas também é alvo de renovações que ampliam outras funções da língua. Observando a trajetória incessante de mudança semântico-pragmática seguida por *mas*, vislumbramos um funcionamento textual-interativo, em que o item ajuda a construir a gramática do discurso (CASTILHO, 1997) e atua na articulação tópica do texto (JUBRAN, 2006). Nesse padrão de uso, *mas* torna-se mais opaco com relação ao sentido adversativo, ou seja, a relação de contraste é cada vez menos clara (BOTARO, 2006). Em

termos simplificados, poderíamos propor uma trajetória de *mas* em que a partir da fonte adverbial latina *magis*, que estabelecia comparação de superioridade, o item passou a funcionar, ainda no latim vulgar (VOGT e DUCROT, 1980), como um juntor que estabelecia contraste entre unidades oracionais². Em etapa posterior, já no português, passou a articular unidades maiores do texto, extrapolando o domínio da sintaxe oracional (NEVES, 2006) e sofrendo alterações de ordem semântica. Temos então uma trajetória que parte do domínio intra-oracional (adverbial) e segue para o domínio mais textual-interativo (juntor).

A questão que colocamos é: em que medida esse percurso de mudança de *mas* ajudaria a explicar também a emergência de outros jutores adversativos do português, tais como *porém*, *contudo*, *todavia*, *entretanto*, *no entanto*, *só que*, *enquanto que*, *agora* e *já*, que também têm fontes de natureza adverbial³, como indica o quadro abaixo?

² O *magis*, que codificava em latim comparação de superioridade, cotejava dois elementos em que um se sobressaía ao outro, como exemplifica Castilho (1997), com dados do português: *ele tem **mais** livros do que seu vizinho* e *falou **mais** alto do que seu colega*. Ainda no latim *magis* passou a construir-se junto com *sed*, tomando deste seu valor adversativo. Isto é, por processo metonímico, *mas* assumiu novas propriedades gramaticais, funcionando como conjunção de contrajunção, primeiro unindo segmentos negativos, depois se expandindo e passando a unir também segmentos afirmativos.

³ Conforme afirmam Ali (1964) e Câmara Jr. (1975), grande parte dos itens que integram hoje o quadro das adversativas do português possui natureza adverbial.

ITEM	ETIMOLOGIA
<i>Mas</i>	<i>Magis</i> advérbio latino de comparação de superioridade > <i>magis</i> + <i>sed</i> conjunção de contrajunção > <i>mas</i> conjunção de contrajunção (CASTILHO 1997)
<i>Porém</i>	<i>Proinde</i> (<per inde) advérbio latino > <i>porende</i> ~ <i>poren</i> expressão explicação/conclusão (correlato de <i>por isso</i>) > <i>porém</i> conjunção de contrajunção (ALI, 1964)
<i>Contudo</i>	<i>Com</i> preposição + <i>tudo</i> pronome > <i>cō todo eso</i> expressão anafórica. (LONGHIN-THOMAZI, 2007)
<i>Todavia</i>	Originalmente significou “em todo caminho”, “constantemente” – advérbio (HOUAISS, 2002)
<i>Entretanto</i>	<i>Entre</i> preposição + <i>tanto</i> , de origem adverbial (latim <i>tantum</i> – “tanto”, “de tal modo”) (HOUAISS, 2002)
<i>No entanto</i>	<i>No</i> + <i>entanto</i> , de origem adverbial (advérbio latino <i>intantum</i> – <i>in</i> preposição + advérbio <i>tantum</i>) (HOUAISS, 2002)
<i>Só que</i>	<i>Só</i> advérbio + <i>que</i> (LONGHIN-THOMAZI, 2003a)
<i>Enquanto que</i>	<i>Enquanto</i> conjunção subordinativa (<i>em</i> preposição + <i>quanto</i> pronome – advérbio latino <i>quantus</i>) + <i>que</i> (PEZATTI E LONGHIN-THOMAZI, 2008; HOUAISS, 2002)
<i>Agora</i>	Advérbio temporal, <i>neste instante</i> , <i>neste momento</i> , <i>nesta hora</i> . Do latim <i>hac ora</i>
<i>Já</i>	Advérbio temporal, <i>neste momento</i> , <i>agora</i> . Do latim <i>jam</i> .

Considerando o percurso evolutivo de *mas* e o fato de que em português há vários outros jutores adversativos de fonte também é adverbial, que estão em estágios diferenciados de gramaticalização, nossa hipótese é a de que esses elementos tendem a seguir um caminho similar ao de *mas*: advérbio > jutor textual > articulador textual-interativo. Fundamentalmente, essa hipótese é sustentada por dois princípios relacionados, propostos por Bybee *et al.* (1994), a saber, a “determinação pela fonte”, em que o significado de uma construção ou item fonte determina, em grande parte, o caminho que será seguido, e a “trajetória universal”, que reflete padrões comuns que subjazem o uso da língua.

Duas outras evidências ajudam na sustentação da hipótese de que o processo de evolução dos demais itens adversativos seja similar ao de *mas*: (i) em BOTARO (2006), mostramos que os itens adversativos *no entanto*, *entretanto*, *porém*, *contudo* e *todavia*, assim como *mas*, já articulam partes maiores do texto, o que nos leva a crer, pelo princípio do uniformitarismo (LABOV, 1994), que esse uso sincrônico já tenha atuado em contextos

semelhantes no passado e continuará atuando de forma semelhante; e (ii) a partir de um levantamento preliminar em dados históricos do PHPP, especificamente em dados do século XIX, verificamos que *mas* já desempenhava o papel mais interacional referido por Castilho, cf. (03), o que indica, também pelo princípio do uniformitarismo, que esse uso mais antigo venha a determinar seu funcionamento no futuro.

- (03) *Senhor Redactor. – Pelo annuncio de des- | pedida do Excelentíssimo Senhor Presidente d’esta Pro- | vincia Thomaz Xavier Garcia d’Almeida, | que appareceu no Farol número 105 soube que | Sua Excelência se retirara d’esta Provincia para | tomar assento na Augusta Camara dos Senhores | Deputados. Deos leve a Sua Excelência em paz | e felicidade. – Mas, Senhor Redactor, que no- | vo estilo de despedidas é este de Sua Excelencia? | Quiz elle por ventura despedir-se do pô- | vo inteiro da Provincia, ou só d’uma par- | te? Se era de todos, para que nomeou | Sua Excelência somente as pessoas que tem direito | a semelhante obsequio?, e se era (...)* (19CLR: 391)

Nessa ocorrência, *mas* ajuda na construção do texto atuando no início de um novo parágrafo (indicado pelo travessão), além de marcar o início de um novo tópico discursivo, o novo estilo de despedidas do redator. Esse é, de nosso ponto de vista, um exemplo de *mas* num domínio mais interativo.

Norteados por essa hipótese, o objetivo maior deste trabalho é, a partir de uma abordagem pancrônica, analisar o processo de evolução das construções adversativas do português, juntamente com o processo evolutivo dos itens adversativos que fazem parte dessas construções, tendo como parâmetro a trajetória do item prototípico *mas*, com o propósito de verificar se realmente há uma tendência típica de mudança, no domínio das adversativas, em que os itens seguem de um uso predominantemente textual para um uso predominantemente interativo. O uso mais interativo chamaremos de Marcador Discursivo.

Ressaltamos que não se trata, portanto, de investigar a constituição adversativa dos itens, mas de caracterizar essas construções adversativas, instáveis por natureza, à luz de sua evolução enquanto articuladoras do texto, isto é, queremos focalizar apenas um pequeno quadro desse processo maior de mudança envolvendo os juntores adversativos. Sendo assim os objetivos específicos da pesquisa são:

(a) analisar, em duas sincronias (séculos XIX e XX), as construções adversativas, destacando o item adversativo que integra a construção, com ênfase sobretudo na correlação entre a arquitetura sintática (nível e tipo de articulação) e o sentido veiculado, correlação essa que é, segundo Raible (2001), fundamental para o estudo dos mecanismos de junção nas línguas. Com esse cruzamento, nos moldes de Raible, será possível verificar, entre outras coisas, (i) se as várias construções são variantes livres ou se são restritas a determinados fatores linguísticos, o que levaria à especialização contextual de alguns itens (HEINE *et al*, 1991a); (ii) um *cline* de gramaticalidade, com o intuito de ordenar as construções mais e menos gramaticalizadas.

(b) comparar as duas sincronias, com a finalidade de apreender as possíveis mudanças experimentadas pelos itens, focalizando questões relacionadas: (i) às possíveis alterações nos usos dos itens, (ii) aos contextos que possibilitaram que a construção adversativa com *mas* viesse a ser reanalisada como mais interativa, buscando verificar se esses contextos se estenderam para os demais itens; e, (iii) às pistas que apontam para a configuração atual do quadro das adversativas.

Este trabalho de pesquisa encontra-se subdividido em cinco capítulos. O Capítulo 1, intitulado “As Construções Adversativas na Literatura”, traz uma revisão bibliográfica dos trabalhos normativos e descritivos que dissertam sobre as adversativas e apresenta uma descrição detalhada do perfil funcional de *mas*.

No capítulo 2, “Fundamentação Teórica”, expomos os conceitos correntes sobre gramaticalização, junção e sobre a perspectiva textual-interativa, que fundamentam este trabalho de pesquisa.

O Capítulo 3, “Procedimentos Metodológicos”, é dedicado à apresentação do material e dos métodos de pesquisa. Descrevemos como os *corpora* foram constituídos e apresentamos as escolhas metodológicas realizadas durante a pesquisa

No capítulo 4, “Adversidade nas cartas dos séculos XIX e XX”, propomos uma análise quantitativa e qualitativa das construções em discussão, buscamos apreender fatos do percurso evolutivo de cada construção, correlacionamos o funcionamento das diversas construções adversativas encontradas, com o funcionamento de *mas* e, com respaldo na teoria da gramaticalização, propomos um possível *cline* de gramaticalidade dessas construções.

Nas considerações finais, apresentamos um balanço dos resultados positivos alcançados neste trabalho. Retomamos o percurso da pesquisa e apontamos em que medida o alicerce teórico nos ajudou a chegar aos resultados obtidos.

CAPÍTULO 1

As construções adversativas na literatura

Neste capítulo, apresentamos duas perspectivas diferentes, a normativa e a descritiva, que tratam das construções adversativas, isto é, primeiramente apresentaremos uma visão normativa das ditas conjunções coordenativas adversativas, para isso trazemos gramáticos como Bechara (1999), Cunha e Cintra (1985) e Rocha Lima (1972).

Em um segundo momento, apresentamos a perspectiva descritiva, em que é descrito o funcionamento das construções adversativas priorizando os aspectos semântico-pragmáticos das construções. Para melhor explicar essa perspectiva teórica, abordamos os estudos de Lakoff (1971), Ducrot (1977), Neves (2000, 2006) e Longhin-Thomazi (2003).

Para finalizar, partindo de uma visão descritiva, descrevemos e analisamos o funcionamento sintático-semântico de *mas* e o seu funcionamento mais discursivo, com isso conseguimos retratar o quadro dos traços definidores dessa conjunção prototípica.

1.1. Perspectiva Normativa

Tradicionalmente, as conjunções adversativas – *mas*, *porém*, *no entanto*, *entretanto*, *contudo* e *todavia*⁴ – são definidas como palavras invariáveis que relacionam duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração, exprimindo relação de oposição, contraste, ressalva.

São poucos os gramáticos normativistas que reconhecem as particularidades das construções adversativas. Dentre eles estão Bechara (1999), Cunha e Cintra (1985), Rocha Lima (1972). Esses gramáticos apontam que, ao contrário da conjunção *mas*, usada somente

⁴ Não citamos as demais construções discutidas neste trabalho, porque elas não são citadas pelas gramáticas estudadas.

em início de oração, as demais conjunções adversativas possuem mobilidade sintática, podendo figurar em início, meio ou final de oração.

Bechara (1999) avança ao afirmar que os jutores *entretanto*, *contudo* e *todavia* são advérbios, que possuem posição mais frouxa que as conjunções. No entanto, esses advérbios, segundo ele, se aproximam das conjunções pois estabelecem relações semânticas semelhantes, apesar de serem itens que marcam relações textuais e não desempenham papel de conector, em sentido estrito.

Essa percepção de Bechara é mais bem explicada pelos estudos históricos de Said Ali (1964) e Mithun (1988), que afirmam que as conjunções e os advérbios são muito próximos, já que grande parte das conjunções resultou de adaptações de palavras de outras categorias, sendo a maioria delas resultantes de advérbios. No entanto, considerações como essas serão feitas por estudos mais descritivos.

Embora alguns dos estudos normativistas reconheçam algumas particularidades dessas construções, esses compêndios ainda apresentam falta de consenso com relação à classificação e à definição desses itens tão heterogêneos, que resultam em construções polissêmicas. Além disso, da perspectiva prescritiva pouco se discute sobre as relações semânticas envolvidas no mecanismo de adversidade e, quando algumas das acepções de sentido são apontadas, não há maiores explicações nem tampouco consenso entre as gramáticas quanto a essa classificação.

Tendo em vista que *mas* é o item contemplado por todos os manuais gramaticais e que melhor é explicado, sendo, muitas vezes, o único a ser citado, abordaremos mais detalhadamente os sentidos que lhe são atribuídos.

Segundo Sacconi (1999), ao tratar das conjunções adversativas, *mas*, entre todas as demais, exprime essencialmente ressalva de pensamento, podendo indicar ideia de oposição, retificação, restrição, compensação, advertência ou contraste.

Para Bechara (1999), *mas* junto com *porém* acentua a oposição estabelecida entre orações ou entre termos de uma oração, além de ser considerada uma das conjunções adversativas por excelência.

Já Cunha & Cintra (2001) falam que *mas* liga dois termos ou duas orações de igual função, acrescentando-lhes, além da ideia básica de contraste, outros valores afetivos, como: restrição, retificação, adição. Os autores explicam também que, sintaticamente, *mas* apresenta posição fixa, o que o diferencia das demais conjunções adversativas.

Corroborando a reflexão de Cunha & Cintra, Rocha Lima (2000) aponta que *mas* como a conjunção adversativa por excelência relaciona pensamentos contrastantes, além de funcionar, sintaticamente, apenas em começo de oração.

Entendemos que *mas* é o item destacado em todos os manuais por ser considerado a conjunção adversativa prototípica, aquela que apresenta maior frequência de uso e ocupa sempre posição inicial, ou seja, em fronteira sentencial, diferentemente das demais construções que podem ser usadas em diversas posições⁵.

Os estudos descritivos, que relatamos na próxima seção, oferecem um retrato mais detalhado dessas construções que, como sustentamos aqui, estão em constante processo de mudança linguística.

1.2. Perspectiva Descritiva

No âmbito das adversativas, os trabalhos que se preocupam mais em descrever o funcionamento da língua priorizam os aspectos semântico-pragmáticos da construção. Em decorrência da prototipicidade de *mas* e de seus correspondentes em outras línguas, ele está no centro das discussões que resenhamos a seguir.

⁵ Não consideramos *só que*, uma vez que essa construção não é nem mencionada pelos autores estudados e apresentados nesta seção. Mas sabemos que *só que* também, assim como *mas*, pode ser usado em fronteira sentencial.

Nos estudos de Lakoff (1971), encontramos explicações sobre o funcionamento semântico das conjunções *and* e *but*, na língua inglesa. Para a autora, *but* apresenta algumas similaridades com o conector *and*, apesar das divergências substanciais.

Lakoff reconhece para *but* dois padrões: *but*- negação de expectativa, em que os segmentos ligados são assimétricos, ou seja, a ordem em que são apresentados não pode ser invertida, exemplificado por *Fords podem ser rápidos, mas Harry nunca ganhará uma multa por excesso de velocidade*, em que a afirmação *Fords podem ser rápidos* leva a suposição de que quem tem um carro Ford correrá e levará uma multa por excesso de velocidade, e essa suposição é quebrada por *mas Harry nunca ganhará uma multa por excesso de velocidade*; e, *but*- oposição semântica, correlato de *while* (português: *enquanto*), exemplificado por *Fords podem ser rápidos, mas Oldsmobiles são seguros*, em que as características de *ser mais rápido* e *ser mais seguro* se opõem semanticamente no enunciado, havendo simetria entre os argumentos correlacionados por *but*, ou seja, as orações podem ser invertidas⁶.

Uma proposta em parte semelhante à de Lakoff (1971) é apresentada por Ducrot (1977), a partir de uma abordagem semântico-argumentativa. O autor sustenta que, pelo fato de o uso da linguagem ser essencialmente argumentativo, os usuários da língua, para construir essa argumentatividade, recorrem a certos elementos linguísticos que têm a propriedade de marcar essa orientação argumentativa.

Segundo o autor, conectores e operadores argumentativos indicam o peso argumentativo do conteúdo linguístico de uma sentença, ou seja, se considerarmos uma escala argumentativa, um dos argumentos do enunciado é mais forte e se sobrepõe aos outros argumentos existentes ou, em outro cenário, os argumentos, com o mesmo peso argumentativo, apontam para uma mesma conclusão.

⁶ Os exemplos foram traduzidos por nós.

Tomando como ponto de partida noções como a de escala argumentativa e classe argumentativa, Ducrot, em seus estudos, afirma que o *mas* do Francês é o operador argumentativo por excelência, proporcionando ao texto alto grau de argumentatividade. Observando o trabalho argumentativo de *mas*, ele reconhece dois padrões, MAS_{SN} e MAS_{PA} : MAS_{SN} apresenta um esquema argumentativo de refutação e retificação, sendo que o primeiro argumento de um enunciado, *P*, é negado explicitamente e substituído pelo segundo argumento, *Q*; já MAS_{PA} é a construção argumentativa em sentido estrito, uma vez que o primeiro argumento, *P*, aponta para uma possível conclusão *R*, logo em seguida, o segundo argumento, *Q*, opõe a *P* um argumento decisivo que aponta para uma conclusão *não-R*. Para o autor, *P* e *Q* não são propriamente argumentativos, mas se opõem no que diz respeito ao movimento argumentativo, em relação à conclusão *R*.

Comparando as análises feitas por Lakoff (1971) e por Ducrot (1977), podemos aproximar os padrões de *but*-negação de expectativa, de Lakoff, e MAS_{PA} , de Ducrot, uma vez que ambos estão relacionados ao trabalho argumentativo de quebra de expectativa.

Apoiando-se nos estudos de Lakoff e Ducrot, Dascal e Katriel (mimeo), na tentativa de formular as condições semânticas e pragmáticas que governam o uso de *aval* e *ela* (port. *mas*) do hebreu moderno, afirmam que ambos envolvem o sentido de contraste; no entanto, os autores julgam que essa contrastividade não é muito clara, isto é, embora ambos os itens envolvam contraste, eles carregam interpretações diferentes.

Para fundamentar a proposta, os autores citam os exemplos a seguir:

(Contexto: A e B discutindo a situação econômica do país, chegam à conclusão de que eles deveriam ouvir a opinião de um especialista.)

- (a) A: John é um economista.
B: Ele não é um economista, *mas (aval)* ele é um homem de negócios.
- (b) A: John é um economista.
B: Ele não é um economista, *mas (ela)* um homem de negócios.

No mesmo contexto, as respostas de B, em (a) e (b), apresentam diferentes interpretações. Enquanto a resposta de B, em (a), indica que não há problema em procurar John, mesmo que a informação dada sobre ele esteja errada; a resposta de B, em (b), indica que John não deve ser procurado, justamente por sua caracterização estar errada. Essa mudança de sentido é representada, no hebreu, pelo uso de signos diferentes: *aval* e *ela*, diferentemente de línguas como o inglês e o português que dispõem de uma mesma forma, como *but*, no inglês, e *mas*, no português, para expressar sentidos mais e menos diferenciados.

Observando usos como esses, Dascal e Katriel sintetizaram que *aval* e *ela* são usados, respectivamente, em contexto de cancelamento e correção. Considerando que esses juntores conectam dois segmentos, S1 e S2, *aval* atua em diferentes camadas de significado, uma vez que aceita parte da informação dada em S1 e rejeita/cancela outra parte; contrariamente, *ela* atua em uma mesma camada de significado, já que, simetricamente, substitui informações com a finalidade de corrigi-las, ou seja, substitui informações em uma mesma camada.

Visto isso, os usos de *aval* e *ela* correlacionam-se com os usos de Mas_{PA} e Mas_{SN}, respectivamente, ou seja, as diferenças entre Mas_{PA} e Mas_{SN} são reafirmadas pela existência de dois itens, como o *aval* e o *ela*, com proximidades sintático-semânticas.

Ainda na perspectiva linguística, os estudos funcionalistas de Neves (2000, 2006) que, ampliando suas discussões para o funcionamento das adversativas de modo geral, a reconhece a heterogeneidade do grupo das ditas conjunções coordenativas adversativas, definindo alguns desses itens como advérbios que conectam orações, intitulando-os advérbios juntivos de valor anafórico, uma vez que, ao ocorrerem em uma oração ou em um sintagma, referem-se a uma porção da oração ou sintagma anterior. Esse funcionamento pode ser ilustrado no exemplo (01), dado por Neves (2006, p. 251).

- (01) *O tabefe estalou, todos acorreram, a confusão se estabeleceu. Contudo, os dois não puderam se atracar, como pareciam pretender, porque entre eles se haviam interposto os presentes, numerosos*

aquela hora e, na maioria, conhecidos de um ou de outro dos contedores. (A) [contudo = “com tudo isso”, “apesar de tudo”]

Em (01), a escolha de *contudo* para o início da frase indica, em partes, a repetição do material do primeiro segmento no segundo segmento, o que, segundo Neves (2006), representa a diferente caracterização da sequência, indicando que esse elemento está funcionando como um advérbio juntivo.

Neves (2000, p. 141) afirma ainda que, embora os estudos tradicionais classifiquem esses itens como conjunções, na verdade, “são elementos em processo de gramaticalização”. Dentre esses itens, *mas*, segundo ela, é a conjunção prototípica, seguida de *porém*, que ora se comporta como *mas*, ora como os elementos *entretanto*, *no entanto*, *contudo* e *todavia* (cf. NEVES, 2006).

A autora, ao postular que as construções adversativas contribuem para a organização textual, remetendo a dados já citados, ligando partes do texto, de modo a contribuir para uma orientação lógica e operar estratégias argumentativas, recupera os pressupostos de Ducrot (1977), uma vez que o trabalho textual é característico dos operadores argumentativos.

Os estudos de Neves (2000) são ainda relevantes por tratarem detalhadamente das acepções de sentidos que envolvem as construções adversativas. Segundo ela, o valor semântico mais básico das adversativas é a desigualdade, utilizado para a organização da informação e para a estruturação da argumentação, no entanto, esse valor semântico pode ser especificado em: contraste, compensação, restrição, negação de inferência.

Mais recentemente, Longhin-Thomazi (2003), partindo desses estudos descritivos mencionados, analisa o funcionamento da conjunção adversativa *só que*, tendo como referencial a adversativa prototípica *mas*. Além do material sintático articulado pelo item, Longhin-Thomazi afirma que, dependendo do contexto de uso, *só que* pode veicular cinco acepções de sentido diferentes: marcador de diferença, marcador de surpresa, marcador de refutação, marcador de não satisfação de condições e marcador de contra-argumentação,

sendo que, além dessas acepções variáveis, os usos de *só que* estão permeados por um sentido invariável, a quebra de expectativa.

Essa exposição de trabalhos descritivos que tratam do funcionamento sintático-semântico das adversativas serviu de ponto de partida para estabelecermos um paradigma analítico de *mas*, que, neste trabalho, servirá de base para a análise das demais construções.

1.3. Funcionamento sintático-semântico de *mas*

Reconhecido como o item adversativo prototípico, *mas*, como proposto, é o norte de nossas discussões sobre o processo de gramaticalização das construções adversativas correlatas.

A trajetória de mudança desse item, conforme postulado em seções anteriores, é: advérbio *magis* > juntor textual > articulador textual-interativo. Essa trajetória pode ser recuperada a partir de ocorrências de nossos *corpora* que apresentam usos de *mas* que são mais textuais, nos quais o item desenvolve um trabalho argumentativo dentro do texto, e ocorrências em que o item é mais interativo, estabelecendo relação (inter)subjativa entre interlocutores.

Em uma análise sintática do item, se observarmos a posição sintática, podemos perceber que ele se comporta como uma conjunção prototípica, uma vez que sempre é usado em posição inicial, encabeçando a oração do segundo segmento articulado, S2, ou seja, é um item que não apresenta mobilidade sintática, o que é característico das construções em processo de gramaticalização mais avançado. Ademais, sua prototipicidade pode ser comprovada por não admitir anteposição de outra conjunção, apesar de poder anteceder outras conjunções de valor similar, mas em estágio de gramaticalização menos avançado.

No entanto, em oposição ao que as gramáticas normativas postulam sobre a articulação sintática, *mas* não só articula orações semelhantes ou sintagmas de uma mesma oração, como também articula porções textuais maiores (NEVES, 2006) e muitas vezes o

segmento introduzido por ele refere-se a possíveis inferências feitas pelo interlocutor a partir de todo o contexto anterior.

Desse modo, descreveremos o quadro funcional de *mas*, a partir de uma revisão dos estudos realizados acerca do item e ao observarmos as ocorrências desse item no *corpus* em tela.

Nível de articulação sintática.

Observamos em trabalhos como o de Longhin-Thomazi (2006), Neves (2006), Duque (2008) que *mas* pode atuar em quatro níveis sintáticos diferentes, isto é, pode articular extensões textuais diferentes, como:

(i) sintagmas não-oracionais, em que o item articula termos de uma oração, como no exemplo (02), em que são articulados os sintagmas não-oracionais *na categoria de gastos* e *de investimentos*. Ressaltamos que, nesse tipo de articulação, ocorre obrigatoriamente a negação do primeiro sintagma, que será substituído, em seguida, por sintagma introduzido pelo *mas*;

- (02) Repito, com o eminente magistrado, uma “verdade sabida e quase sempre desprezada” – O que o Estado faz pela Magistratura não entra na categoria de gastos, **mas** de investimentos” (obra e autor citados, pág. 143). (20CLRV:08)

(ii) sintagmas oracionais simples, em que *mas* articula duas orações simples, como no exemplo (03), em que há a articulação de *Por aqui já se vende alguma coisa* e *a saída grande há de ser no Rio*⁷;

- (03) O autor mandou-te por meu intermédio (10). Recebi as tuas cartas e os recortes. Muito bom o do conde. Hei de transcrever na *Revista* os melhores. Por aqui já se vende alguma coisa, **mas** a saída grande há de ser no Rio. Se pilhas um bom artigo no *Estado*, como aquele do Oliveira Lima, era ótimo. (20LB:ML s/d)

(iii) sintagmas oracionais complexos, em que o item adversativo conecta períodos como em (04): *A nossa pouca saúde nos tem privado de cumprir religiosamente como era*

⁷ Os grifos são nossos.

dever nosso, e *desejávamos*, a promessa, que *fizemos* de dar a historia da Sessão do Corpo Legislativo d'este prezente anno e logo que o *possamos* fazer o *faremos*;

- (04) A nossa pouca saúde nos tem privado de cumprir religiosamente como era dever
nosso, e desejávamos, a promessa, que fizemos de dar a historia da Sessão do Corpo
Legislativo d'este prezente anno, **mas** logo que o possamos fazer o faremos. || O
Redactor. (19CLR:401)

(iv) e, *sequências discursivas*, isto é, usos de *mas* que extrapolam o nível oracional, como em (05), em que o segundo segmento, S2, estabelece relação de adversidade com grande parte do texto, que compõe S1. Nesse exemplo, em particular, o item anafórico *assim* ajuda na retomada textual, ou seja, reforça a foricidade de *mas*⁸.

- (05) O meu azedume é contra o estilo con- | ciso com que *Sua Excelência* fez as suas des- | pedidas. E como póde qualquer saber se | na alta mente de *Sua Excelência* foi ou não in- | cluído entre *as pessoas que tem direito a semelhante | obsequio?* como hão-de saber se este | direito se comprava com uma só visita a | *Sua Excelência?* ou com a frequencia em sua ca- | sa? ou finalmente com testemunhas do mais | abjecto servilismo? Se ao menos *Sua Excelência?* | tivesse especificado = todas as pessoas que | tiverem a graduação de tal posto para cima, | e todos aquelles não militares (vulgo pai- | zanos) que rodarem com estas altas paten- | tes, ja cada-um poderia fazer juizo, e di- | zer = Eu fui incluído = Fuão não foi = Bel- | trão seria ou não = e nas conversações te- | ria alguns dados para agitar esta questão. | **Mas** assim tão genericamente, *Senhor Redactor*, | é o mesmo que não querer obrigar (obligar) | a ninguém. || (19CLR: 391)

Em (05), S2, *Mas assim tão genericamente, Senhor Redactor, | é o mesmo que não querer obrigar (obligar) | a ninguém*, opõe-se a todo o fragmento textual anterior, resumido na construção anafórica *assim tão genericamente*.

⁸ É necessário diferenciar a foricidade de *assim* e de *mas*. O trabalho fórico de *mas* é o “olhar para trás” e resgatar um conjunto de informações para construir a relação de contraste entre os segmentos articuladores (ou seja, o contraste depende do que veio antes explicita ou implicitamente), diferentemente da foricidade de *assim*, por exemplo, que retoma uma expressão ou uma parte do texto citado anteriormente para acrescentar informação (p.e. *Fôramos mortos no lugar da briga 25 olandeses, & os mais dos uiuos firidos da espada, & frecha, fogindo com tanto desacordo, que largando os mosquetes, não puxauão espadas. Assi se recolherão os nossos carregados dos despojos das armas do inimigo.* (17JV, p. 68) [Foram mortos no lugar da briga 25 holandeses e os vivos feridos pelas espadas e flechas fugiram com tanto desespero que largaram os mosquetes e não puxaram as espadas. Assim/Dessa forma/Portanto, se recolheram os nossos carregados dos despojos do inimigo], conforme Lopes-Damásio, 2008).

Nesses exemplos de (02) a (05), há usos em que *mas* ajuda na construção textual, estabelecendo relações de coesão entre as partes do texto, além de operar argumentativamente, corroborando os estudos de Ducrot (1977) e Neves (2000, 2006).

A Tabela 1 abaixo, obtida a partir das ocorrências de *mas* de nossos *corpora*, mostra os números de atuação do item na articulação sintática do texto, revelando que o item adversativo parece ter se especializado na articulação de sintagmas oracionais complexos (62%), embora atue em todos os quatro níveis, inclusive com uma frequência relativamente alta no nível de sequências textuais (25,2%):

Nível de articulação	Frequência
Sintagma não-oracional	09 (3,5%)
Sintagma oracional simples	24 (9,3%)
Sintagma oracional complexo	160 (62,0%)
Sequências textuais	65 (25,2%)
Total	258 (100%)

Tabela 1: Frequência dos níveis de articulação sintática nas amostras dos séculos XIX e XX

Relação semântica

Considerando os estudos semânticos de Lakoff (1971), Ducrot (1977) e Dascal e Katriel (mimeo) e aplicando-os às construções com *mas* do português, é possível constatar acepções de sentido variáveis. Ou seja, nas construções com *mas* percebemos, concordando com Dascal e Katriel (mimeo), um sentido de contraste que é invariável, podendo ser observado em todos os usos, mas também há sentidos mais específicos que variam de ocorrência para ocorrência, relacionados a estratégias argumentativas que fazem com que os usos de *mas* se diferenciem.

Após verificarmos trabalhos como o de Longhin-Thomazi (2006), descreveremos as diversas relações de sentido que podem ser estabelecidas por *mas*, com base em nossos textos dos séculos XIX e XX:

(i) Oposição: determinado segmento *Q*, pertencente à *S2*, opõe-se semântica e pragmaticamente a um segmento *P*, de *S1*, sendo essa oposição estabelecida pelo juntivo *mas*. Nessa manobra, é fundamental que haja paralelismo sintático entre os segmentos que são postos em oposição, conforme ilustra (06), em que *boa* se opõe a *pequena*, sendo ambos sintagmas adjetivais que se referem a *equipe*. Esse uso de *mas* aproxima-se do uso de *but*-oposição semântica, postulado por Lakoff (1971). Essa manobra pode ser sistematizada da seguinte maneira: “*P, mas Q*”, em que *Q* é oposto semanticamente de *P*.

- (06) Garia cobriu todas as campanhas presidenciais para VEJA –, ele reencontrou o ambiente de maratona que a cada quatro anos toma conta da paisagem política americana. “A rotina é a mesma, mas no caso de Gary Hart a balbúrdia é multiplicada por dez”, conta. “A equipe dele é muito boa, **mas** pequena, e por isso não é possível cuidar dos detalhes de organização”. (20CLRV: 96)

(ii) Refutação/retificação: quando houver uma negação em *S1* que é retificada em *S2*, ou seja, *S1* fornece ou sugere uma informação negativa que é corrigida em *S2*, com uso de *mas*. Nessa manobra, há a presença explícita da negativa *não*. Ilustramos com (07), em que *S1* nega a informação *já não tem remédio* e *S2* retifica com *faltas de equidade em manobras mais sublimes*, isto é, há a refutação de determinada informação que é retificada em seguida, por meio do segmento introduzido por *mas*. Esse uso de *mas* foi encontrado na língua inglesa e na francesa, sendo sistematizados por Ducrot (1977), como *MAS_{Sn}*. Também foi verificado no hebraico por Dascal e Katriel (mimeo), com o uso de *ela*. Em geral, a refutação/retificação pode ser esquematizada como: “*Não P, mas Q*”.

- (07) Ocasião tem havido, emque eu lhes fiz ver | a verdade decertas couzas, que figurando-as elles huma cheiroza e temivel flor, eu | lhes prognostiquei logo ficaria hum picante, etemivel espinho, em= | tão mofaraõ da mesma Professia, *aque*m bem depreça viraõ cumprida, | gemendo agora, dizendo janaõ tem remedio. **mas** faltas de equi= | dade em manobras mais sublimes, vejo eu *que* me cauzaõ pena, efa= | zem viver por ca com desgosto, eamuito tempo estaria em Lisboa, não obitive sa= | ber muito bem os termos, emque está de caristia de viveres, se me não os pesados | grilhoens damesma familia, easim mesmo se mefoce pocivel, cobrar dehum | golpe oque me devem, hiria acabar os meos dias em Lisboa perto do | meo Principe, epodendo euaqui dizer a V. S^a. muitas couzas, mere= | meto ao silemcio. (19CP: 19)

(iii) Compensação: quando S1 apresenta uma informação negativa, desagradável, que é compensada por uma informação positiva apresentada por S2, isto é, os pólos negativos e positivos são marcados por *mas*, conforme ilustra o exemplo em (08), em que a informação negativa *a concorrência pode ter seus hisses, wows, hums e outros defeitos do gênero* é compensada por *mas toca, sempre faz seu barulhinho*. Sintetizando, a estrutura da compensação pode ser encaixada no seguinte esquema: *P negativo, mas, (em compensação), Q positivo*”.

- (08) E não tem um livro do Érico Veríssimo com esse título? Com todo o respeito pelo pessoal da agência da Gradiente, cujo nível de criação é dos melhores do nosso mercado, eu arriscaria um palpite, de colega para colega. Será que “O resto é silêncio” é a melhor forma para a propaganda de aparelhos de som? Talvez fosse mais adequado e mais competitivo, mais real, dizer “O resto é ruído” ou “O resto é chiado”. Afinal, a concorrência pode ter seus hisses, wows, hums e outros defeitos do gênero, **mas** toca, sempre faz seu barulhinho. Também não me parece conveniente que a agência publique o anúncio de gozação, reproduzindo todas as peças que usaram “O resto é ...”. (20CLRV: 26)

(iv) Restrição: quando S1 expõe uma informação geral, que pode ser entendida como uma informação de aceitação unânime e S2, introduzido por *mas*, rompe com a generalização e impõe uma restrição, como em (09), em que a informação geral *Queremos contos, romances, o diabo* é restringida pela informação *mas à moda do Policarpo Quaresma, da Bruzundanga, etc*. Esquematizando, temos: “*P unânime, mas Q restritivo positivo*”.

- (09) A *Revista do Brasil* deseja ardentemente vê-lo entre os seus colaboradores. Ninho de medalhões e perobas, ela chama por gente interessante, que dê coisas que caiam no gôto do público. E Lima Barreto, mais do que nenhum outro, possui o segredo de bem ver o melhor dizer, sem nenhuma dessas preocupaçãozinhas de *toilette* gramatical que inutiliza metade de nossos autores. Queremos contos, romances, o diabo, **mas** à moda do *Policarpo Quaresma*, da *Bruzundanga*, etc. a confraria é pobre, mas paga. Por isso não há razão para Lima Barreto deixar de acudir ao nosso apelo. (20LB:LB 2-3-18)

(v) Diferença: quando houver, em S1, uma comparação de igualdade entre duas entidades e S2 apresentar uma diferença entre ambas, introduzida por *mas*. Nessa estratégia, há o cancelamento das pressuposições criadas pela comparação, como exemplifica (10), em

que há a comparação entre X e Balzac, *Escreve como Balzac*, com a diferença que é com feitiço diferente, *mas no teu feitiço*.

- (10) Aguardo com verdadeira ansiedade o teu novo trabalho.
Escreve como Balzac, **mas** no teu feitiço, uma série de romances sobre a vida da cidade.
(20LB:AM 9-8-17)

(vi) Contra-argumentação: principal manobra argumentativa de *mas* em termos de frequência durante os séculos XIX e XX, ocorre quando o locutor fornece informações para uma dada conclusão (r), que é inferida, mas na sequência a desfaz, fornecendo explicitamente uma nova conclusão ($\sim r$), como pode ser exemplificado por (11). Já verificada nos usos de MAS (mas_{PA}), na língua francesa, por Ducrot (1977) e no hebraico por Dascal e Katriel, com o uso de *aval*.

Essa estratégia está relacionada com as expectativas envolvidas em uma interação, uma vez que falante e ouvinte tendem a criar expectativas com relação ao que é dito. No entanto, nem sempre tais expectativas são correspondidas, já que os interlocutores possuem opiniões e crenças diferentes a respeito de determinado assunto. Essa divergência, muitas vezes, é estabelecida com a ajuda de juntores, como os adversativos, que marcam a quebra de expectativa (LONGHIN-THOMAZI, 2003).

Então, a contra-argumentação implica um contraste entre o que é falado e o que é pressuposto, esperado ou imaginado. Geralmente, essa estratégia relaciona ideias em contraste.

- (11) Portuguez – Ora meu amigo, não pen- | sei vêr em meus dias a Coimbra em São | Paulo! Quanto sinto ser já velho; pois | talvez não tenha o gosto de ver os novos | Doctores, que hão de aqui formar-se! | *Vossa mercê* que é menino e estudante é que hade | aproveitar-se d'esta tão grande felicidade. | Eu nunca fui estudante; **mas** muitas vezes, | estive em Coimbra, quando era rapaz. | Como era bello ver a ponte do Mondego | sempre cheia d'aquella rapaziada! que brin- | cadeiras! que mangações! logo esta ponte | hade ser testemunha de iguaes scenas, e pe- | lo que oiço dizer da mocidade Brasileira o | Tamandaty nada tera à invejar ao Mon- | dego. || (19CLR: 389)

A ocorrência (11) exemplifica a contra-argumentação por S1 apresentar a afirmação *eu nunca fui estudante* que induz à conclusão de que nunca foi a Coimbra, no entanto, S2 anula essa pressuposição: *mas, muitas vezes, estive em Coimbra, quando era rapaz*.

Além desse contexto explorado em (11), a contra-argumentação pôde ser constatada em outros contextos, como em (12), em que S2 nega a conclusão inferida de S1. Inferência e conclusão resultam da presença de outras “vozes” no texto, o que é sinalizado explicitamente pelo marcador polifônico “ouvi dizer”. Assim, a partir da informação de que *acordaram elevar o preço da carne a 960 réis*, é possível inferir que o valor era suficiente, mas S2 nega explicitamente essa inferência: *mas que isto não foi bastante*.

- (12) E será | isto verdade, *Senhor* Redactor? não sei, mas o povo no- | mêa esses atravessadores, e a sua fama é pública Que | providencias terá dado a Camara? ouvi dizer, que accor- | dou que se levantasse o preço da carne a 960 réis; **mas** que | isto não foi bastante, porque os atravessadores, que | eu reputo criminosíssimos estão a impor tacitamente con- | dições a um povo inteiro, e ás auctoridades, a quem | incumbe zelar dos direitos d’esse mesmo povo? (19CLR: 392)

De modo geral, a contra-argumentação pode ser sistematizada, como: “*P, mas Q*”, em que *P* induz para uma conclusão *r* e *Q* a interrompe com $\sim r$.

Enfim, atentamo-nos para a relação de sentido das ocorrências em que *mas* articula partes textuais maiores, nas quais o item adversativo introduz um segmento S2 com certa independência sintática de S1, ou seja, ocorrências em que os segmentos S1 e S2 coordenados estão separados sintaticamente por um ponto final. São ocorrências em que *mas* articula sequências discursivas, superando o nível oracional. Nesses casos, observamos que há, por um lado, o ponto final, que separa os dois segmentos, apontando para uma certa independência sintática, mas o fato de parte de S2 poder ser recuperado em S1 aponta para uma certa dependência sintático-semântica. Em todas as ocorrências desse tipo, *mas* marca contra-argumentação. Ou seja, pressuposições, suposições e inferências feitas a partir de S1 são contra-argumentadas por S2, conforme ilustra o exemplo (13):

- (13) Recebi juntas, duas cartas, e o número da Revista Contemporânea, onde teve a bondade de falar do meu livro. Obrigado. Agora é preciso tocar o teu. Tirei 3.000, e já expedi metade para o Brasil inteiro, aos bocadinhos. Para o Rio, onde, entretanto, se há de vender mais, mercado natural que é do teu carioquíssimo livro, mandei vinte para cada livraria, que tem negócio com a Revista (Alves, Garnier, Brigue, Castilho, Paiva, Murilo, Boffoni, Lauria, Drummond, etc.). **Mas**, graças a tua recomendação sobre o Garnier, remeti mais cem a ele. (20LB:ML 26-2-19)

Em uma leitura possível para (13), S2, *Mas, graças a tua recomendação sobre o Garnier, remeti mais cem a ele*, contra-argumenta a expectativa de que vinte exemplares eram suficientes, expectativa criada a partir de todas as informações anteriores que compõem o S1. Conforme já explicado, nesses casos, o S1 não tem limites delimitados, como um sintagma, uma oração ou um período composto, ele é composto por suposições feitas a partir de vários segmentos.

Em suma, analisando o funcionamento sintático-semântico de *mas*, concluímos que dentre todas as acepções de sentido expressas por ele, a mais recorrente, conforme nossos dados, é a contra-argumentação, seguida, com um número bem inferior de ocorrências, pelo *mas* marcador de refutação/retificação, depois pelo marcador de oposição e, por último pelas demais acepções que ocorrem em número bem menor, conforme ilustra a Tabela 2.

Relação de sentido	Freq. séc. XIX	Freq. séc. XX	Freq. total
Contra-argumentação	110 (82,1%)	86 (77,5%)	196 (79,6%)
Refutação/Retificação	14 (10,4%)	14 (12,6%)	28 (11,3%)
Oposição	06 (4,5%)	07 (6,3%)	13 (5,3%)
Restrição	02 (1,5%)	01 (0,9%)	03 (1,2%)
Ressalva	02 (1,5%)	-	02 (0,8%)
Compensação	-	02 (1,8%)	02 (0,8%)
Diferença	-	02 (1,8%)	02 (0,8%)
Total	134 (100%)	111 (100%)	246 (100%)⁹

Tabela 2: Relações de sentido estabelecidas por *mas*.

Se compararmos os dois séculos em análise, verificamos que os usos semânticos são muito próximos. No século XIX, esse juntor funciona como marcador de contra-

⁹ A diferença do total de ocorrências de *mas* que há entre a Tabela 1 e a Tabela 2 ocorre, pois, nessa Tabela 2, não foram considerados os casos em que *mas* funciona como Marcador Discursivo, ou seja, casos em que o valor adversativo é opaco.

argumentação, refutação/retificação, restrição, oposição e ressalva. Enquanto no século seguinte, os usos são como marcador de contra-argumentação, refutação/retificação, oposição, restrição, acrescentando-se apenas os usos como marcador de compensação e de diferença. Não encontramos, neste último século, nenhum uso como marcador de ressalva.

Além disso, em ambos os séculos, *mas* flutua entre as categorias de juntor textual e articulador textual-interativo, já que encontramos inúmeros usos desse item como Marcador Discursivo (cf. seção 1.3.1.). Isso confirma a linha evolutiva sugerida como parâmetro de análise para as demais construções: juntor textual > articulador textual-interativo.

1.3.1. Funcionamento interacional de *mas*

Avançando nos estudos analíticos de *mas*, além dos usos mais fortemente textuais, em que vai além do nível oracional e articula sequências textuais, o juntor adversativo multifuncional é usado em contextos mais interacionais, no qual o item não estabelece relação de contraste, ou seja, não há um S1 para ser retomado contrastivamente pelo S2. Nesses casos, a relação semântica da construção adversativa é opaca, ou seja, o sentido contrastivo não é percebido, portanto não há quebra de expectativa. É o que acontece em (14), em que *mas* introduz um subtópico, sem estabelecer relação de contraste com o que foi dito antes.

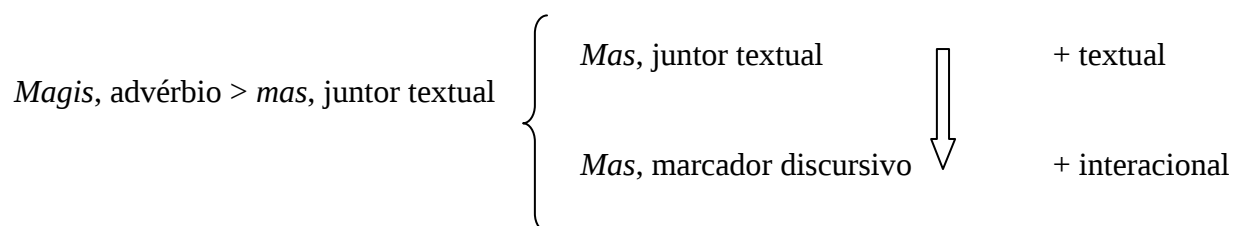
- (14) Senhor Redactor. – Pelo annuncio de des- | pedida do Excelentíssimo Senhor Presidente d’esta Pro- | vincia Thomaz Xavier Garcia d’Almeida, | que appareceu no Farol número 105 soube que | Sua Excelência se retirara d’esta Provincia para | tomar assento na Augusta Camara dos Senhores | Deputados. Deos leve a Sua Excelência em paz | e felicidade. – Mas, Senhor Redactor, que no- | vo estilo de despedidas é este de Sua Excelencia? | Quiz elle por ventura despedir-se do pô- | vo inteiro da Provincia, ou só d’uma par- | te? Se era de todos, para que nomeou | Sua Excelência somente *as pessoas que tem direito | a semelhante obsequio?*, e se era só de alguns | poucos eleitos, que importava ao público | o saber se Sua Excelência tinha ou não tido tem- | po para se despedir dos seus amigos, ou dos | poucos eleitos que o cortejavão? (19CLR: 391)

Verificamos que, em geral, o contexto desse uso mais interacional de *mas* é uma pergunta retórica e, muitas vezes, o item é seguido de um vocativo, o que reforça a interação entre os interlocutores.

Para dar conta desses casos, chamados de Marcadores Discursivos (RISSO *et al.*, 1996, 2006; DUQUE, 2008), que são recorrentes no português, Risso *et al.* (1996, 2006), a partir de uma abordagem textual-interativa, definem Marcadores Discursivos como elementos que atuam nas relações textuais e interacionais do texto, sinalizando pragmaticamente o monitoramento local da produção textual. Em geral, são expressões exteriores ao conteúdo proposicional, que mantêm parcialmente o aspecto semântico da classe que o origina, apresentando, algumas vezes, opacidade de sentido. Além disso, possuem formas relativamente fixas e são sintaticamente independentes.

Tendo como base essa definição, trataremos de marcador discursivo o uso de *mas* que inicia um segmento sem se relacionar contrastivamente com o segmento anterior. É comum que venha precedido por um ponto final, uma vez que, na maioria das vezes, o segmento introduzido pelo item conduzirá a um novo tópico ou a um novo subtópico. Trataremos dessa abordagem teórica discursiva mais detalhadamente na seção 2.3., quando focaremos a perspectiva textual-interativa.

Em suma, constatamos que *mas* apresenta uma bifurcação em sua trajetória de mudança, que pode ser representada pelo esquema abaixo:



Esse esquema representa os dois caminhos seguidos por *mas* durante seu processo de gramaticalização: de um lado temos o uso conjuncional prototípico da construção, a saber, seu uso mais textual; e de outro o uso de marcador discursivo, que segue seu percurso de gramaticalização rumo a um uso mais interacional. Dessa forma, temos a representação do processo de gramaticalização de uma construção multifuncional.

1.3.2. Traços definidores da conjunção prototípica *mas*

À luz dessa análise detalhada de *mas*, conseguimos delinear os traços sintático-semânticos que acompanham essa construção. Dessa forma, com base no que foi exposto nas seções anteriores e em trabalhos como o de Pezatti (2001), que tem como objetivo tratar do comportamento sintático-semântico de *então*, comparando-o com *logo*; e o de Quirk *et al.* (1975), que expõem os traços característicos das conjunções de um modo geral, resumimos os critérios analíticos do juntor adversativo prototípico:

- (1) ocupa sempre posição inicial, ou seja, não apresenta mobilidade sintática;
- (2) pode articular diferentes unidades sintáticas: sintagma não-oracional, sintagma oracional simples, sintagma oracional complexo e sequências discursivas;
- (3) não admite co-ocorrência com outras conjunções, ou seja, não pode ser precedida por outro juntor;
- (4) estrutura uma construção estritamente binária em que exerce uma foricidade de tipo particular porque retoma, de alguma forma, o primeiro segmento ou parte dele;
- (5) estabelece relações semânticas diversas, como: oposição, refutação/retificação, marcação de diferença, restrição e contra-argumentação.

Pontuamos que essa matriz de traços foi estabelecida com base na análise do percurso evolutivo da “conjunção” adversativa, portanto não consideramos o funcionamento de *mas*

mais interacional. Isso se deve ao fato de esse uso apresentar aspectos sintático-semânticos que divergem um pouco dos usos de uma conjunção prototípica.

Formada essa matriz de traços definidores da conjunção prototípica, nas seções de análise, os demais itens serão descritos com base nesses traços. Sendo assim, ao final teremos um quadro comparativo dos itens em análise, o que permitirá propor um *continuum* de gramaticalização.

CAPÍTULO 2

Fundamentação teórica

No presente capítulo, apresentamos uma discussão teórica dos principais conceitos de gramaticalização, tratando de noções que nos ajudaram nas análises das construções adversativas. Também tratamos de um modelo de junção de base funcionalista, que fundamenta nossas análises e que mostra compatibilidade com os pressupostos da mudança por gramaticalização.

Além disso, considerando o funcionamento mais interacional de algumas das construções analisadas, discutimos alguns pontos teóricos da perspectiva textual-interativa, que serviram de base para a análise mais discursiva do assunto em tela.

2.1. Gramaticalização: conceitos correntes

Muito discutida em trabalhos que tratam de mudança linguística, Gramaticalização (GR, daqui em diante) é um assunto de extrema relevância quando abordamos as construções adversativas, já que se trata de um domínio em constante renovação linguística, que abarca um conjunto de itens, cujo funcionamento fluido decorre de processos de derivação fundamentados sobretudo em advérbios.

Seguindo Hopper e Traugott (1993), definimos GR como um processo de mudança linguística unidirecional e gradual que focaliza: (a) o surgimento de formas e construções gramaticais; (b) o modo como elas são usadas; e, (c) o modo como elas moldam a língua. Assim, podemos dizer que quando um item lexical assume função gramatical ou quando um item já gramatical assume funções ainda mais gramaticais, temos casos de GR (HOPPER e

TRAUGOTT, 1993)¹⁰. A distinção entre itens lexicais e gramaticais não é nítida. Essa não-discretude levou estudiosos a postularem a noção de *continuum*, adotada pela teoria da GR, que sugere que a passagem do menos gramatical para o mais gramatical é gradual, havendo pontos de coexistência de formas. Hopper e Traugott (1993) propõem o seguinte *continuum*, que sinaliza da esquerda para a direita um aumento crescente de gramaticalidade: *item lexical* > *item gramatical* > *clítico* > *afixo flexional*.

Os autores defendem que a GR seja estudada a partir da combinação de duas perspectivas metodológicas: a sincrônica e a diacrônica, com ênfase na última. Essa combinação (ou abordagem pancrônica) permite que do ponto de vista sincrônico a GR seja entendida como um fenômeno sintático, pragmático e discursivo, estudado a partir da fluidez dos padrões do uso da língua; e, do ponto de vista diacrônico, como um subconjunto de mudanças linguísticas, com enfoque na investigação das fontes das formas gramaticais e dos caminhos típicos da mudança. Entendemos que a complementaridade das duas perspectivas está no fato de o estudo sincrônico indiciar a mudança, uma vez que pode revelar a polissemia das formas e apontar para acepções mais ou menos gramaticalizadas de um item/construção. Contudo, essa perspectiva não é suficiente para comprovar as relações de derivação entre as formas. Por isso, este trabalho está fundado na perspectiva pancrônica e objetiva estudar os aspectos formais e funcionais das construções adversativas em duas sincronias do português, evidenciando suas polissemias e buscando apreender as possíveis modificações no quadro das adversativas.

Mais recentemente, Heine (2003) refere-se à GR como uma ferramenta teórico-metodológica para a descrição de como as formas gramaticais surgem e se desenvolvem ao

¹⁰ Para Hopper e Traugott (1993), os itens lexicais ou palavras de conteúdo são aqueles que fazem referência a dados do universo biossocial (+ concretos), sendo usados para nomear ou descrever coisas, ações e qualidades, ao passo que os elementos gramaticais ou palavras funcionais são aqueles que organizam os itens lexicais no texto (- concretos), sendo usados para indicar relações entre nomes (preposições), ligar partes do discurso (conectivos), indicar se o participante já foi identificado ou não (pronomes e artigos) e mostrar se eles estão próximos do falante ou do ouvinte (demonstrativos).

longo do tempo. Motivada pela busca de sucesso comunicativo, a GR enquanto processo se traduz na codificação de funções mais gramaticais a partir do recrutamento de formas mais concretas, facilmente acessíveis e delineáveis. Tal processo tem implicações para os vários componentes da linguagem. Desse modo, no nível fonológico, reconhecemos a tendência de *mais material fonológico > menos material fonológico*; no nível morfológico, a tendência *lexical > gramatical > mais gramatical*; nível sintático, *menor coesão > maior coesão*; no nível semântico, *concreto > abstrato*; e, no nível pragmático, *menos pragmático > mais pragmático*. Todas essas implicações reforçam o caráter unidirecional do processo.

Segundo Heine (2003), o que justifica o estatuto da GR enquanto processo distinto de mudança é a correlação entre os quatro principais parâmetros, que permitem reconhecer e descrever instâncias de GR:

- (i) *dessemantização*: envolve, por um lado, perda de traços de significado do item fonte e, por outro, ganho de novos traços. Tendências em mudança semântica autorizam afirmar que as mudanças partem de significados referenciais, próximos à experiência física dos falantes da língua, passam alternativamente por significados relacionados à construção textual e atingem os significados centrados na atitude subjetiva do falante (TRAUGOTT, 1982). Por outras palavras, Traugott afirma que as mudanças semânticas tendem a partir do mais referencial para o mais intencional e estão inscritas em processos mais globais de subjetivização e intersubjetivização, que dizem respeito ao fato de que, com o tempo, os falantes desenvolvem significados novos para lexemas já existentes, com o propósito de codificar, de forma crescente, suas atitudes sobre o que está sendo dito ou sobre atitudes do ouvinte (TRAUGOTT, 2003b);
- (ii) *extensão* (ou *generalização contextual*): refere-se ao surgimento de novos significados gramaticais a partir da reinterpretação contextual. A esse respeito,

Heine propõe um modelo de extensão com quatro estágios sucessivos de reinterpretação induzida pelo contexto;

- (iii) *descategorização*: refere-se à perda gradual de propriedades sintáticas e morfológicas do padrão fonte, que não são relevantes para o novo padrão. Em geral, as propriedades mais salientes da descategorização incluem a perda de morfologia flexional e derivacional, perda do caráter de forma livre e da habilidade de ser referido anaforicamente; e,
- (iv) *erosão* (redução fonética): perda de substância fonética: sílabas e propriedades suprasegmentais.

Além desses mecanismos apontados pelo autor, Heine (2002) ressalta a importância dos contextos na gramaticalização, sendo assim ele distingue três diferentes tipos de contextos que devem ser considerados, o contexto *Bridging*, o contexto *Switch* e a Convencionalização. Visto isso, o surgimento de um novo significado gramatical pode ser descrito em quatro estágios hipotéticos, cujo desenvolvimento pode ser descrito em termos de metáfora e metonímia, como estratégias de transferência de significado:

Estágio I: há uma forma fonte ocorrendo em diferentes contextos;

Estágio II: há o contexto *bridging*, que permite inferências, apontando para um novo significado, o significado alvo;

Estágio III: há um novo tipo de contexto, o *switch*, que faz com que o significado alvo ganhe o primeiro plano, não sendo mais possível a leitura do significado fonte. No entanto, essa nova leitura ainda é sustentada pelo contexto de uso;

Estágio IV: há a convencionalização do significado alvo, não havendo mais restrições contextuais, ou seja, o novo significado pode ser usado em novos contextos e pode sofrer outras modificações.

Com isso, Heine mostra a importância de fatores que muitas vezes são desconsiderados em estudos sobre GR, mas que devem ser levados em conta para que tenhamos um trabalho completo.

Na teoria da GR, encontramos também diferentes propostas que ora visam testar o grau de gramaticalidade do item, ora apreender os estágios do processo. Uma dessas propostas, que encontrou bastante respaldo na literatura, é a de Hopper (1991), cujo propósito é identificar os estágios incipientes da mudança. O autor estabelece cinco critérios, a saber: (i) *estratificação*: aponta para a coexistência de formas com funções similares, isto é, com o surgimento de novas categorias, as antigas não são obrigatoriamente descartadas, mas ambas convivem em um mesmo contexto funcional, como é o caso do domínio das adversativas em português em que temos a coexistência de formas alternantes; (ii) *divergência*: semelhante à estratificação, diz respeito à coexistência de formas, ou seja, esse princípio aponta para a coexistência da forma gramatical e da forma lexical que deu origem a ela; (iii) *especialização*: diz respeito à seleção de itens que, dentro de um mesmo contexto funcional, possuem traços semânticos similares, mas que com a gramaticalização são selecionados e assumem significados mais gerais; (iv) *persistência*: indica a permanência de traços da forma fonte no novo uso do item; e, (v) *descategorização*: aponta para a perda de traços da categoria fonte e ganho de traços da categoria alvo, do que frequentemente resultam formas híbridas, como é o caso, por exemplo, de *porém* que apresenta características tanto de conjunção como de advérbio.

Heine *et al.* (1991) e Heine (2003) afirmam haver duas forças de natureza cognitivo-pragmática que conduzem a mudança de significado: a transferência metafórica – metáfora – e a reinterpretação induzida pelo contexto – metonímia.

A transferência metafórica envolve a passagem de um domínio conceitual, que inclui o sentido A, para outro domínio, que inclui o sentido B, em que a forma B é mais abstrata que a anterior. Essa parte da mudança é descrita como descontínua e discreta. Por outro lado, a segunda força, de natureza metonímica, captura a contiguidade da passagem de A para B, isto é, o estágio intermediário em que há a coexistência dos dois significados, o mais concreto e o mais abstrato. Portanto, a parte da mudança capturada pela metonímia não é discreta, é contínua.

Além desses processos cognitivos, Hopper e Traugott (1993, p. 32) identificam como mecanismos importantes para a mudança em geral, principalmente para a mudança morfossintática, a reanálise e a analogia. A reanálise modifica representações latentes, seja no nível semântico, sintático ou morfológico, provocando a mudança nas regras. Já a analogia modifica manifestações superficiais e não promove a mudança de regras, embora dissemine novas regras no sistema linguístico ou em uma comunidade de fala.

Dadas essas considerações, a seguir discutimos mais detalhadamente esses mecanismos de mudança que motivam e possibilitam que a gramaticalização efetivamente ocorra.

2.1.1. Mudanças de natureza cognitiva e pragmática: metáfora e metonímia

Metáfora

A inovação metafórica é um dos processos mais amplamente reconhecidos em mudança linguística. Embora tenham recebido muitas definições, os processos metafóricos são entendidos como: (i) a experiencição de uma coisa em termos de outra; e, (ii) a

transferência unidirecional de um significado básico, geralmente concreto, para um significado mais abstrato (HOPPER e TRAUGOTT, 1993; HEINE *et al.*, 1991a).

Segundo Hopper e Traugott (1993, p. 77), os processos metafóricos são processos de inferências ao longo de fronteiras conceituais, tipicamente referidos como mapeamentos ou saltos associativos de um domínio a outro. Esse mapeamento não é aleatório, mas motivado pela analogia (mecanismo morfossintático tratado adiante, em 2.1.2) e pelas relações icônicas.

Apesar de os processos metafóricos normalmente estarem relacionados com mudanças no léxico, estudos como o de Hopper e Traugott (1993), Heine *et al.* (1991a), Traugott e König (1991), reconhecem que os processos metafóricos motivam muitos dos desenvolvimentos de gramaticalização.

Nesse sentido, Hopper e Traugott (1993, p.78), ao citarem Bybee *et al.* (1994), argumentam que a evolução gramatical é governada pela natural propensão que os falantes da língua têm em fazer extensões metafóricas, que levam ao aumento do uso de certos itens. Com isso, os autores mostram que a transferência metafórica é a principal força que atua no aumento do estatuto gramatical de itens e estruturas da língua.

Heine *et al.* (1991a) argumentam que o desenvolvimento de estruturas gramaticais pode ser expresso em termos de categorias cognitivas, que são organizadas de acordo com a seguinte escala: pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade.

Os elementos dessa escala constituem domínios importantes para organizar as experiências humanas em termos cognitivos, uma vez que apontam para padrões de transferência conceitual que vão de domínios concretos, próximos de experiências humanas, para domínios menos concretos, mais difíceis de serem expressos. Essas considerações aproximam esse *continuum* da hipótese trazida por Heine *et al.* (1991a) e retomada por Traugott e König (1991), de que a gramaticalização é o resultado de uma estratégia de solução

de problemas, em que conceitos acessíveis à experiência humana são empregados para expressar conceitos mais abstratos e, assim, menos acessíveis.

Tais elementos estão envolvidos em uma relação metafórica unidirecional de abstratização crescente, uma vez que os elementos da direita, mais abstratos, podem ser conceitualizados por qualquer outro elemento a sua esquerda, mais concretos, e não o inverso (HEINE *et al.*, 1991a); isso quer dizer que *objeto* pode ser conceitualizado em termos de *pessoa*; *atividade* em termos de *objeto* e assim por diante.

Heine *et al.* (1991a) codificam essas categorias cognitivas, que refletem aspectos da estrutura das línguas, a partir de uma correlação entre elas, as classes de palavras e os tipos de constituintes. O quadro 1 expõe tal correlação:

Categorias cognitivas	Classe de palavras	Tipo de constituintes
Pessoa	Nome próprio	Sintagma nominal
Objeto	Nome comum/concreto	Sintagma nominal
Atividade	Verbo dinâmico	Sintagma verbal
Espaço	Advérbio	Sintagma adverbial
Tempo	Advérbio	Sintagma adverbial
Qualidade	Adjetivo, advérbio, verbo de estado	Modificador

Quadro 1: Correlação entre categorias cognitivas, classe de palavras e tipo de constituintes.
(Cf. Heine *et al.*, 1991a; p.53)

Martelotta *et al.* (1996) citam como exemplo de gramaticalização envolvendo as categorias cognitivas de Heine *et al* o desenvolvimento do item lexical *atrás*. Segundo eles, um significado que se referia a um ponto do corpo humano passa a ser usado para designar um ponto no espaço e, posteriormente, para expressar conceitos temporais. Os autores afirmam ainda que um item lexical, ao percorrer essa escala, pode ir além do mundo do espaço e do tempo e chegar a domínios mais abstratos, tornando-se um elemento de função argumentativa, portanto um item gramatical.

Esse modelo de transferência metafórica ajuda a explicar ainda aspectos da mudança de grande parte dos itens conjuncionais, como, por exemplo, aspectos da mudança de *enquanto* temporal para *enquanto que* juntor adversativo (PEZATTI e LONGHIN-THOMAZI, 2008). Nesse caso, o padrão é tempo > qualidade. Outras escalas foram utilizadas para exemplificar essa passagem do [+concreto] para o [+ abstrato], como a proposta por Martelotta *et al.* (1996) para explicar a emergência de operadores argumentativos: espaço > discurso.

Em tal escala, os elementos espaciais, mais concretos, servem de base para o surgimento de elementos organizadores do texto, mais subjetivos. Exemplo desse movimento é o item *logo* que, no latim do século XVI tinha valor espacial e, séculos mais tarde, passou a expressar valores temporais e argumentativos presentes no português atual (MARTELOTTA *et. al*, 1996; LONGHIN-THOMAZI, 2006b).

Da metáfora para a metonímia

Conforme mencionado antes, com o modelo de transferência metafórica capturamos a natureza discreta do processo de gramaticalização. Em oposição a esse modelo, há a natureza contínua, ou seja, na mudança de $A > B$, a passagem não é abrupta, há um momento em que as formas coexistem (A/B).

Ao correlacionarmos os dois processos, concluímos que somente uma parte do processo de gramaticalização é explicada por meio de uma análise em termos de saltos metafóricos discretos. A outra parte do processo é explicada a partir de uma análise em termos de extensão gradual, entendida como transferência metonímica.

De modo geral, metonímia e metáfora são consideradas, por muitos linguistas, fenômenos mutuamente excludentes. No entanto, em concordância com Heine *et al.* (1991a), entendemos como fenômenos complementares, o que equivale a dizer que o desenvolvimento

de um item lexical em gramatical é explicado de forma conjunta pela metáfora e pela metonímia. Para ilustrar a complementaridade dos mecanismos metafóricos e metonímicos, retomamos os exemplos de Heine *et. al* (1991, p.70), sobre o desenvolvimento de *going to*:

- (01) (i) *Henry is going to town.*¹¹
 (ii) *Are you going to the library?*¹²
 (iii) *No, I am going to eat.*¹³
 (iv) *I am going to do my very best to make you happy.*¹⁴
 (v) *The rain is going to come.*¹⁵

As sentenças em (i) e (v) são apresentadas como exemplos de metáfora. Em (i), *going to* expressa sentido de movimento espacial, passando ao uso encontrado em (v), que expressa dêixis temporal (futuro). Só que entre o sentido literal de (i) e o sentido metafórico de (v) há contextos que contribuíram para essa mudança. Muitas sentenças podem ser incluídas entre (i) e (v), sugerindo que a mudança foi contínua, gradual, em cadeia. Em (iii) e (iv), temos exemplos desses estágios intermediários. Na sentença (iii), resposta de (ii), o sentido primeiro de *going to* parece ser INTENÇÃO, com um segundo sentido de PREDIÇÃO, mas há ainda resquícios do sentido ESPACIAL. O sentido de (iv) é semelhante ao de (iii), mas sem o sentido espacial. Por fim, em (v), perde-se o sentido de INTENÇÃO, permanecendo somente a PREDIÇÃO.

Considerando, então, que na passagem do mais concreto para o mais abstrato, há sempre uma sobreposição das estruturas envolvidas, Heine *et al.* (1991a) sugerem que a escala anteriormente citada e que parece ser composta de categorias discretas seja vista como um *continuum*, sem limites fixos entre elas. Sendo assim, os autores retomam a organização

¹¹ Henry vai para a cidade.

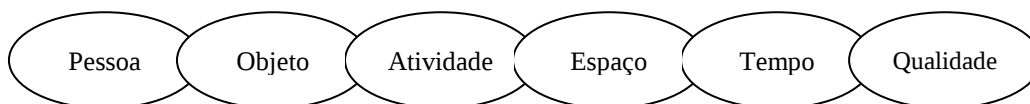
¹² Você vai para a biblioteca?

¹³ Não, eu vou comer.

¹⁴ Eu vou fazer o melhor para fazer você feliz.

¹⁵ A chuva vai vir.

dessas categorias cognitivas e propõem que elas sejam representadas conforme o gráfico abaixo:



(Heine *et al.*, 1991b; p.162)

Nesse gráfico, Heine *et al.* (1991b) mostram que não há limites estanques entre as categorias, isso quer dizer que a mudança de PESSOA para OBJETO não se faz abruptamente, mas com momentos de intersecção entre as duas e assim acontece com as demais categorias do *continuum*.

Metonímia

Se, de um lado, temos a metáfora que pode ser considerada livre de restrições discursivo-pragmáticas, de outro, temos a metonímia que depende inteiramente dos contextos linguísticos e extralinguísticos.

Como vimos nas sentenças de (i) a (v) acima, no surgimento de novas formas gramaticais, há uma fase intermediária, em que coexistem os sentidos literais e o metafórico. No caso do exemplo citado, houve a coexistência de ESPAÇO e TEMPO. Esse estágio de ambiguidade semântica demonstra a contiguidade da mudança.

A metonímia é definida, então, como o mecanismo pelo qual recuperamos as etapas intermediárias do processo de gramaticalização, nas quais pode haver formas polissêmicas, que podem coexistir durante um período variável. Sobre isso, Coseriu (1979, p.111), ao tratar de mudanças linguísticas amplamente sistemáticas, afirma que “antes de um elemento desaparecer do sistema já existem na norma da língua os elementos que o substituirão na sua

funcionalidade”. Assim, afirmamos que essa gradualidade da mudança é revelada pelo processo metonímico.

Para apreender o estágio em que houve a coexistência de formas, é preciso complementar a análise metafórica com uma análise mais pragmática, que está no contexto contíguo, gradual. Com a metonímia, a mudança ocorre por meio da reanálise (mecanismo sintático tratado a seguir, em 4.3.1.2), isto é, uma estrutura enunciativa é reinterpretada e reorganizada. Pela pressão de informatividade uma construção assume um novo valor, inferido a partir de implicaturas conversacionais. No novo valor poderá, em alguns casos, ser inferido o sentido básico, inicial (LONGHIN-THOMAZI, 2003a).

Traugott e König (1991) tratam a metonímia como fortalecimento da informatividade e convencionalização de inferências conversacionais. Heine *et al.* (1991a), na mesma direção, falam em termos de reinterpretação induzida pelo contexto.

Segundo Heine *et al.* (1991a), o que parece ser responsável pelo surgimento de metonímias é uma manipulação discursivo-pragmática em que conceitos são sujeitos a fatores contextuais em interpretações do discurso. Para os autores, essa “reinterpretação induzida pelo contexto”, motivada pragmática e cognitivamente, envolve os seguintes estágios idealizados:

Estágio I: uma forma linguística F, em um contexto específico C, em acréscimo ao seu sentido fonte A, adquire um sentido B, o que resulta em uma ambiguidade semântica em que os sentidos A ou B podem ser implicados no contexto C. Desse modo, poderá ser a situação comunicativa que fará prevalecer um sentido ou outro, não excluindo a possibilidade de o falante querer significar A e o ouvinte interpretar B ou o ouvinte entender A enquanto o falante está querendo fornecer B.

Estágio II: a existência do sentido B torna possível que a forma relevante seja usada em novos contextos que são compatíveis com B, ainda que governado pelo sentido primeiro A.

Estágio III: com a convencionalização de B, forma-se um novo foco, com propriedades que não pertenciam a A – agora F tem duas “polissemias”, A e B, que podem ser desenvolvidas eventualmente em duas “homófonas”.

Assim, considerando a transição entre esses estágios, Heine *et al.* (1991), para reafirmarem a coexistência de ambos os processos, apresentam a seguinte estrutura comum aos dois:

$$A \Rightarrow A/B \Rightarrow B$$

Em sentido semelhante, Traugott e König (1991), ao apresentarem o *fortalecimento de informatividade* como um tipo de metonímia, argumentam também que metáfora e fortalecimento da expressão subjetiva do falante não são incompatíveis, e sim tipos de processos pragmáticos complementares. Mais especificamente, os autores tratam o fortalecimento de informatividade considerando a convencionalização de implicaturas conversacionais, o que estenderia a noção de metonímia dos tradicionais contextos concretos e explícitos para contextos cognitivos e implícitos, principalmente os pragmáticos de inferências conversacionais.

Para esses autores, a metáfora correlaciona-se, amplamente, com a mudança de significados localizados em situações descritas externamente para significados situados em avaliações internas, perceptivas, situações cognitivas e textuais, enquanto a metonímia correlaciona-se com a mudança de significados que tendem a tornarem-se situados na crença/atitude subjetiva do falante ao longo da situação comunicativa (TRAUGOTT e KÖNIG, 1991, p.208-209).

Das diferenças entre metáfora e metonímia.

Tradicionalmente, Jakobson e Halle (1985, *apud* HOPPER E TRAUGOTT, 1993) apontam as principais diferenças entre metáfora e metonímia. Segundo os autores, a metáfora se refere à escolha que funciona no eixo paradigmático e a metonímia, a associações e sequências do eixo sintagmático. Por isso, Sapir (1977, *apud* HOPPER E TRAUGOTT, 1993) anos antes considerou a metáfora como homogênea e coerente e a metonímia como justaposição e potencialmente incoerente.

Outra visão das diferenças entre esses mecanismos cognitivos é a apresentada por Antilla (1972, *apud* HOPPER E TRAUGOTT, 1993). Para o autor, a metáfora concede transferência semântica por meio de similaridades do senso de percepção e é também analógica e icônica. Em contrapartida, a metonímia é a transferência semântica por meio da contiguidade e é, nos termos do autor, “indexical”, o que quer dizer, segundo ele, que a metonímia aponta para as relações semânticas em certos contextos. Em suma, Hopper e Traugott (1993) afirmam que a mudança metafórica é discreta, descontínua; já a metonímica é não-discreta, contínua.

Gonçalves *et al.* (2007) sistematizam as principais diferenças de atuação da metáfora e da metonímia no quadro abaixo:

Metonímia	Metáfora
Opera no eixo sintagmático	Opera no eixo paradigmático
Opera na inter-relação sintática dos constituintes	Opera na inter-relação de domínios conceptuais
Opera por reanálise (abdução)	Opera por analogia
Envolve implicaturas conversacionais	Envolve implicaturas convencionais

Quadro 2: Principais diferenças entre a atuação da metáfora e da metonímia.
(cf. Gonçalves *et al.*, 2007)

Para finalizar, retomamos a afirmação de Heine *et. al.* (1991a) de que a gramaticalização pode ser interpretada como o resultado de um processo que tem como

objetivo a *solução de problemas*. Para os autores, é possível separar, seguindo essa concepção, a metáfora como correlata à solução de problemas de representação e a metonímia como correlata à solução de problemas de expressão de atitude do falante.

2.1.2. Mudanças de natureza morfossintática: analogia e reanálise

Analogia

Além da metáfora e da metonímia, outros dois processos afetam as estruturas da língua: a analogia e a reanálise. Ainda que o primeiro esteja subjacente à metáfora e o segundo à metonímia, ambos estão envolvidos em mudança linguística em geral e são importantes, principalmente, para explicação da mudança morfossintática que acompanha a GR.

Meillet (1912), ao tratar da mudança linguística, distinguiu de um lado o desenvolvimento de novas formas gramaticais e de outro, a analogia. O primeiro, chamado de gramaticalização, seria, segundo Hopper e Traugott (1993), a reanálise, definida como o desenvolvimento de novas estruturas a partir de estruturas antigas, de modo implícito. Em oposição, a analogia foi tratada por Meillet, de modo restrito, como um processo que levava irregularidades na gramática, principalmente no nível morfológico, a tornarem-se regularizadas.

A analogia era vista por Meillet, como um mecanismo equacional do tipo: A:B :: C:D, em que D é a forma que surge analogicamente. Exemplificando, temos a alternância singular-plural do inglês:

$$\begin{aligned} cat : cats &= child : x \\ x &= childs \text{ (e não } children) \end{aligned}$$

O autor, focando a equação, questionou a seleção de um par como modelo e identificou um amplo campo de processos analíticos. Outros estudos surgiram para explicar a fórmula, como o de Kurylowicz (1945, *apud* Hopper e Traugott, 1993, p. 56) que apontou, ao

considerar a seleção do modelo, a tendência de substituir uma forma mais restrita por uma mais geral, nunca o contrário. Mais tarde, Kiparsky (1992, *apud* HOPPER e Traugott, 1993) redefiniu analogia como extensão de regras, formalizando o fato de a analogia não ser uma mudança aleatória. Sendo assim, para esse autor, a analogia era a generalização de uma regra, de um domínio relativamente limitado para um mais amplo.

Em síntese, a analogia refere-se à atração de formas preexistentes por outras construções também já existentes no sistema linguístico (GONÇALVES *et al.*, 2007). Dessa forma, itens analisados sob o prisma da analogia não são criações gramaticais, mas resultados da extensão de regras operantes na língua a itens ainda não atingidos. Assim sendo, é reconhecida como *Regra de Generalização*. Além disso, a analogia se desenvolve explicitamente, atuando como os primeiros indícios de que a mudança está acontecendo, por isso, embora somente a reanálise crie novas formas gramaticais, a analogia não deve ser desprezada.

Reanálise

Em contraste com os processos analógicos, a reanálise envolve a criação de formas gramaticais, a partir do raciocínio abdutivo¹⁶. Isto é, com a atribuição de novas fronteiras aos constituintes de uma expressão, criamos novas formas gramaticais, que passam a pertencer a novas classes de palavras. Langacker (1977, *apud* Hopper e Traugott, 1993, p. 40) definiu reanálise como “mudança na estrutura de uma expressão ou classe de uma expressão que não envolve nenhuma modificação intrínseca ou imediata de sua manifestação superficial”.

Muitos linguistas, como Meillet, identificam, como vimos, reanálise com gramaticalização, ou seja, esses autores tratam ambas como sinônimos. No entanto, embora

¹⁶ O raciocínio abdutivo opõe-se ao dedutivo e ao indutivo, já que seu mecanismo ocorre da seguinte maneira: observa-se um resultado, invoca-se uma lei e, por fim, infere-se um caso. Exemplificando: dado o fato de que Sócrates está morto, invocamos a lei geral de que todo homem é mortal, então, podemos inferir que Sócrates é homem (HOPPER e TRAUGOTT, 1993).

muitos casos de reanálise sejam identificados como gramaticalização, há casos em que ocorre a reanálise, mas não gramaticalização, como ocorre com o léxico (HEINE, 2003). Nesse sentido, Hopper e Traugott (1993, p.48-50) afirmam que a relação entre gramaticalização e reanálise é de inclusão, já que toda instância de gramaticalização envolve reanálise, mas nem toda instância de reanálise envolve gramaticalização. Semelhantemente, Heine e Reh (1984, *apud* HEINE, 2003, p.592) argumentam que “as duas (gramaticalização e reanálise) não são classes de fenômenos ligadas, mas algumas instâncias de gramaticalização são também instâncias de reanálise e vice e versa”.

Hopper e Traugott (1993) apontam como o tipo mais simples e mais comum de reanálise a *fusão*, que diz respeito à combinação de duas ou mais palavras em uma, geralmente com consequências para a semântica, para a morfologia, para a fonologia e para a sintaxe. Como exemplo de fusão, temos em português a formação do juntor *contudo*, na qual acontece a junção da preposição *com* e do pronome fórico *tudo*, e também a formação do juntor *entretanto*, em que a preposição *entre* se junta a *tanto*, de origem adverbial.

Para exemplificar a interação cíclica entre analogia e reanálise, tomamos o caso da negação em francês (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p.58):

Estágio I: A negação era realizada com a colocação do item de negação *ne* antes do verbo;

Estágio II: Um verbo de movimento negado pelo *ne* poderia, opcionalmente, ser reforçado pelo pseudo-objeto nominal *pas* (*passo*), em contextos com verbo de movimento.

Estágio III: A palavra *pas* foi reanalisada como uma partícula de negação em estruturas como: *ne Vmovimento (pas)*.

Estágio IV: *Pas* foi estendido analogicamente para outros verbos além dos de movimento; a estrutura passou a ser: *ne V (pas)*;

Estágio V: A partícula *pas* foi reanalisada como sendo obrigatória junto ao *ne* em negações em geral: *ne V pas*.

Estágio VI: Na língua falada, *pas* substituiu o *ne* via dois estágios: *(ne) V pas* (reanálise de *ne* como opcional), *V pas* (reanálise para a perda de *ne*).

No caso da negação no Francês, os autores argumentam que não seria evidente a reanálise no estágio II sem que a generalização fosse evidenciada no estágio IV. Com isso, percebemos que analogia e reanálise têm efeitos distintos, uma vez que reanálise essencialmente envolve mudança linear, sintagmática com reorganização e mudança de regra, sem ser diretamente observável; e a analogia envolve reorganização paradigmática, isto é, mudança nas estruturas superficiais e nos padrões de uso, tornando a mudança observável, ao contrário da reanálise.

À luz desses efeitos diferenciais, a interação entre esses dois processos morfossintáticos pode ser representada pelo gráfico abaixo que esquematiza o desenvolvimento de *be going to*, que parte de uma estrutura direcional para uma estrutura indicadora de futuro:

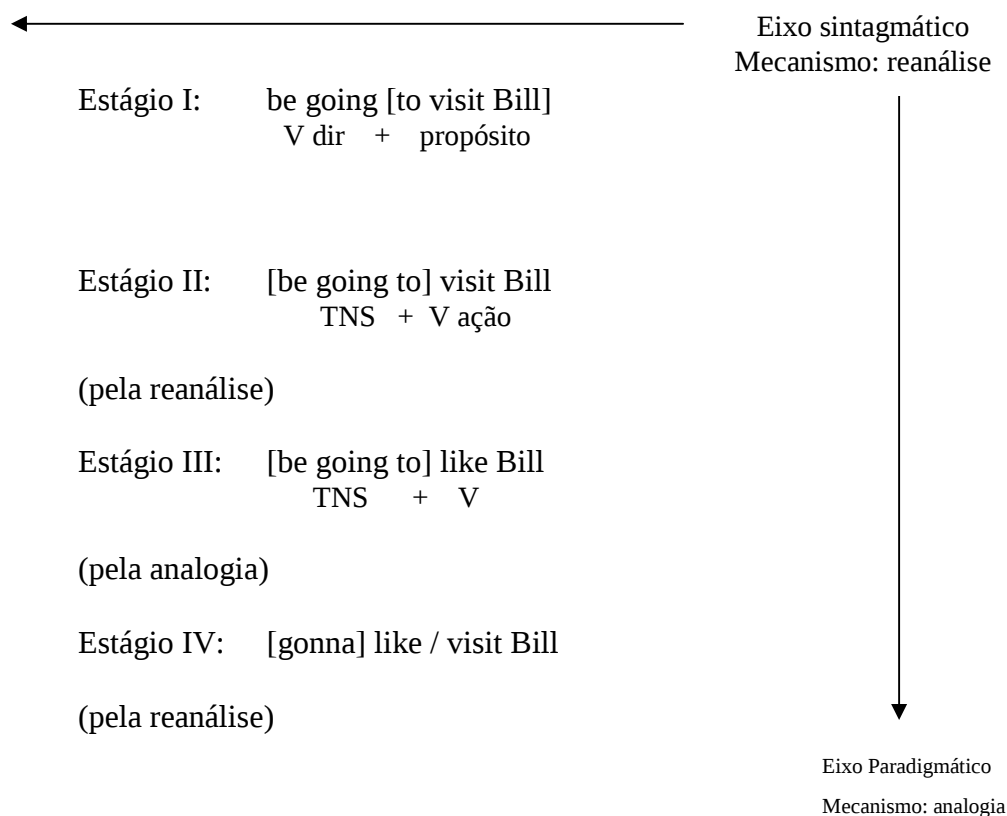


Gráfico 1: Esquema de desenvolvimento do auxiliar *be going to*
(cf. Hopper e Traugott, 1993, p. 61).

No estágio I, temos um verbo de direção seguido de uma oração que exprime propósito. No segundo estágio, *be going to* é reanalisado em um verbo auxiliar que indica futuro, seguido de um verbo de ação que indica atividade. No estágio III, analogicamente, o auxiliar de futuro é usado com outros tipos verbais. No quarto estágio, surge, via reanálise, o auxiliar de futuro *gonna* em um só morfema.

Assim, reiteramos que reanálise e analogia são mecanismos importantes para a mudança da língua, portanto, são mecanismos importantes para que ocorra gramaticalização, no entanto não são capazes, sozinhos, de definirem gramaticalização.

2.2. Gramaticalização e Junção

Raible (2001), ao propor uma discussão sobre junção, afirma ser esse processo uma importante atividade linguística, se considerarmos a comunicação humana como sendo baseada em textos e turnos conversacionais.

O autor considera, primeiramente, que a junção pressupõe três parâmetros: (i) *hierarquia sintática*, que diz respeito aos diferentes *status* de uma oração – maior ou menor grau de dependência e/ou encaixamento; (ii) *dinamismo comunicativo*, que aponta para a possibilidade de colocar certas porções textuais em relevo (*grounding*); e, (iii) *relações semânticas*, que remetem a uma escala cognitiva de complexidade crescente, em que as relações específicas como condição, concessão, causa, são estabelecidas entre as partes do texto ou entre parte e todo o texto anterior.

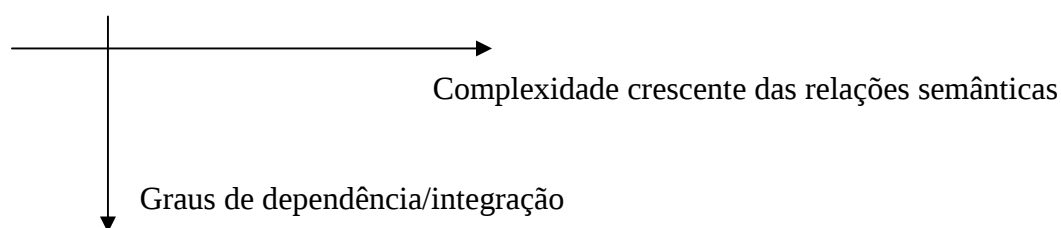
Além desses três parâmetros, ao reconhecer a necessidade de conhecimentos externos ao texto, tais como o conhecimento enciclopédico, situacional e sobre o tipo de texto, para o entendimento das relações estabelecidas entre as partes conectadas, Raible lança mais dois parâmetros fundamentais para o processo de junção: (iv) *manutenção da referência*, que diz respeito às diferentes técnicas de construção da referencialização anafórica e catafórica (nominalização, processos inferenciais, clivagem, anáfora zero, pronominalização); e, (v) *gêneros textuais*, que aponta, entre outras coisas, para o importante papel dos gêneros textuais na relação e emprego dos mecanismos de junção.

Neste trabalho, privilegiamos dois desses parâmetros considerados por Raible: a hierarquia sintática e as relações semânticas. Quanto à hierarquia sintática da junção, Raible opta pelos termos *aggregation* e *integration* (traduzidos aqui como “combinação” e “integração”). À semelhança de Hopper e Traugott (1993), Raible entende que as estratégias de *combinação* e de *integração* são pontos extremos em uma escala que admite uma quantidade de estratégias intermediárias. Em outras palavras, num possível *cline* das

possibilidades de junção, poderíamos distinguir, à maneira de Raible, um conjunto de construções que apresentaria maior ou menor grau de combinação e/ou integração, sendo que, num pólo, teríamos a pura justaposição e, no outro, a integração máxima, o que abarcaria noções como parataxe, hipotaxe e subordinação.

Quanto às relações semânticas específicas que legitimam a junção, Raible afirma que podem estar implícitas ou podem ter representação na superfície do texto por meio da inclusão de juntores de vários tipos. A depender do gênero textual, argumenta o autor, os juntores são indispensáveis para evitar ambiguidades.

Para caracterizar os juntores, Raible (1992 *apud* KABATEK, 2006) propõe o cruzamento entre os parâmetros hierarquia sintática e relações semânticas, conforme ilustrado pelo esquema abaixo:



No caso das construções de contraste, para dar conta da correlação entre o sintático e o semântico e refinar a proposta de Raible, recorreremos à proposta de Halliday (1985) que, ao propor as bases para uma “gramática do discurso”, aborda a questão da organização funcional das sentenças, questionando a dicotomia coordenação/subordinação sustentada pelos estudos gramaticais. Segundo Halliday, a oração complexa também é definida a partir da conjugação de dois eixos: (i) tático ou sistema de interdependência dos termos envolvidos na construção complexa, que pode ser posto em termos de hipotaxe e parataxe; e, (ii) lógico-semântico de expansão e projeção, que diz respeito às relações de sentido que são estabelecidas entre as unidades articuladas.

O eixo tático ou sistema de interdependência implica a relação de dependência e de modificação entre os elementos da construção complexa. Quando um elemento modifica o outro, o *status* de ambos é desigual, além de um elemento passar a ser dependente do outro. Nessa relação de dependência, a relação de modificação é hipotática. Em contraste, na relação paratática, os elementos que se relacionam na construção complexa têm o mesmo *status*, além de os segmentos serem livres, no sentido de “funcionarem” sozinhos. Dentre essas diferenças, Halliday acrescenta que, na hipotaxe, as relações são simétricas e não-transitivas, enquanto na parataxe as relações são simétricas e transitivas.

No segundo eixo, o das relações semânticas, embora haja muitas relações de sentido específicas que podem ser estabelecidas entre os membros das construções complexas, Halliday aponta para duas relações fundamentais: a expansão e a projeção. Nesse trabalho, interessa a expansão, ou seja, quando a segunda oração expande a primeira oração: (i) elaborando-a, (ii) estendendo-a ou (iii) realçando-a. Essas noções podem ser organizadas mais claramente no quadro abaixo:

EXPANSÃO	
Elaboração:	uma oração expande, especifica, comenta a outra ou porção da outra.
Extensão:	uma oração expande a outra acrescentando informação nova por meio de uma exceção ou alternativa.
Realce:	uma oração expande a outra realçando-a com circunstância de tempo, lugar, causa ou condição

Quadro 3: Relações semânticas das orações complexas (cf. Halliday, 1985, p.197)

Halliday estabelece ainda que ambas, a expansão e a projeção, podem ocorrer tanto na parataxe quanto na hipotaxe. Considerando que o presente trabalho tem como objeto de estudo as construções adversativas, que se concentram na expansão, exporemos mais detalhadamente, no quadro 4, as relações paratáticas e hipotáticas no eixo da expansão.

Eixo tático	PARATAXE	HIPOTAXE
Expansão		
ELABORAÇÃO	(i) Exposição: <i>P em outras palavras Q.</i> (ii) Exemplificação: <i>P por exemplo Q.</i> (iii) Clarificação: <i>P para ser preciso Q.</i>	(i) Orações relativas finitas. (ii) Orações relativas infinitas.
EXTENSÃO	(i) Adição: <i>P e Q.</i> <i>nem P e nem Q.</i> <i>P e inversamente Q</i> (“mas”). (ii) Variação: <i>não P mas Q</i> <i>P mas não todo P</i> (iii) Alternância: <i>P ou Q</i>	(i) Finitas: adição com <i>enquanto (que)</i> e subtração com <i>exceto que</i> . (ii) Não-finitas: noções de adição e adversidade introduzidas por preposições juntivas.
REALCE	Coordenação com características circunstanciais: (i) Temporal (ii) Espacial (iii) Modal (iv) causal-condicional	São as tradicionais orações adverbiais introduzidas por conjunções (finitas) ou por preposições juntivas (não-finitas).

Quadro 4: Correlação entre expansão e eixo tático

Observando o Quadro 4, percebemos que a adversidade pode ser localizada, mais especificamente, na extensão, sendo na grande maioria dos casos uma extensão paratática, em que temos os esquemas da variação. No entanto, de acordo com Halliday, não podemos deixar de considerar certa aproximação ao eixo da hipotaxe, em que teríamos um maior grau de integração entre as orações, como é o caso, por exemplo, da adversidade indicando ressalva.

Com essas observações, notamos que a fronteira entre hipotaxe e parataxe também para as adversativas não é muito clara, ou seja, a adversidade estaria, em um *cline*, no limite entre as duas, o que explica, em parte, a grande aproximação entre as relações semânticas de adversidade e de concessividade.

Halliday (1985, p.39), ao propor esses estudos mais semânticos de junção de orações, aponta para relação tema/rema nas construções paratáticas. O autor define tema como o

elemento que serve como ponto de partida para uma mensagem, além de ser o elemento sobre o qual a mensagem se ocupa; e o rema é todo o resto do enunciado que fala sobre o tema.

Inter-relacionando as noções semânticas de tema/rema com as noções de componentes textuais da linguagem também propostos por ele, o autor afirma que o tema pode incluir tanto o componente textual, como o ideacional ou o interpessoal.

De um modo geral, o componente textual está relacionado aos elementos que possibilitam a criação textual; o componente ideacional está relacionado a elementos que expressam nossas atividades físicas e mentais; e o componente interpessoal está relacionado aos elementos interacionais, que apontam para a participação do usuário da língua na construção textual.

Por essa perspectiva, o tema poderá assumir diversas formas, ou seja, não só nomes representam o tema de uma mensagem, mas uma construção conjuncional também poderá constituir o tema de um enunciado, ou seja, os jutores são vistos como construções temáticas (HALLIDAY, 1985; LONGHIN-THOMAZI, 2010).

De acordo com essas considerações, Longhin-Thomazi (2010), em um estudo sobre a construção *vai que*, afirma que o tema é um significado. Sendo assim, o significado de “quebra de expectativa” é parte do tema de uma oração que começa com *mas*. Correlacionando essas conclusões aos componentes da linguagem, temos *mas* como um tema textual, ou seja, como um tema que faz parte dos elementos que ajudam a construir o texto.

Nos moldes de Halliday, o esquema tema/rema pode ser visto nas relações intraoracionais, mas também nas relações interoracionais. Vejamos o exemplo (1):

(1) Sr. Diretor: A revista VEJA está de parabéns pela edição histórica dedicada inteiramente às viagens lunares. Eu recebo aqui muitas revistas, dos quatro cantos do mundo, *mas* nenhuma traz matérias tão pormenorizada e completa a respeito do assunto.

Eu recebo aqui muitas revistas, dos quatro cantos do mundo,		<i>mas</i> nenhuma traz matérias tão pormenorizada e completa a respeito do assunto.	
Eu	recebo aqui muitas revistas, dos quatro cantos do mundo,	<i>mas</i>	nenhuma traz matérias tão pormenorizada e completa a respeito do assunto.
Tema/ideac.	Rema	Tema/textual	Tema/ideacional Rema
Tema		Rema	

Nesse exemplo, podemos conferir as relações tema/remas interoracionais e também conferir, claramente, as relações intraoracionais, como é o caso da segunda oração iniciada pelo tema textual *mas*, ou seja, de acordo com os estudos de Halliday (1985), o elemento de junção faz parte do segundo segmento compondo parte de seu tema ao retomar parte do primeiro segmento e ao acrescentar a noção de contra-argumentação.

Essa análise das orações complexas em termos de tema/remas já era defendida por Bally (1944), que propõe que as orações, inclusive as “coordenadas”, são passíveis de bipartição: tema/comentário. O tema é o ponto de partida ao qual é acrescido o comentário. Visto isso, nas construções “coordenativas”, as orações se relacionam de modo que a segunda (S2), ao retomar a primeira (S1), se constitui no comentário e a primeira (S1) se constitui como tema da segunda (S2).

Da mesma forma que Halliday, Bally acredita que a parataxe, chamada por ele de “coordenação”, se realiza em um movimento de retomada e avanço, isso porque nesse tipo de construção o comentário é o segmento que segue com o juntor. Enfim, S2 tem a dupla função de recuperar o que foi dito e acrescentar, dando sequência ao texto.

Com essas considerações, apontamos, portanto, para o juntor como parte integrante do segundo segmento, porque além de evidências entoacionais de que a pausa precede o juntor, há explicações semânticas que justificam essa integração. Além disso, atribuir ao juntor essa

função temática, em que ele retoma parte do primeiro segmento, aponta para seu processo de gramaticalização, visto que essa característica fórica faz parte do conjunto de traços que caracterizam uma conjunção prototípica.

2.3. A perspectiva textual-interativa

Segundo Jubran (2006), a perspectiva textual-interativa apóia-se na concepção de linguagem como atividade de interação social, sob a ótica pragmática, e tem como objetivo estudar o funcionamento da linguagem em situações concretas de uso. Seu foco de investigação está na construção textual, tida como produto da interação social, juntamente com os fatores enunciativos. Assim, essa perspectiva teórica “toma o texto como objeto de estudo, para dele depreender regularidades particularizadoras das formas de processamento das estratégias e mecanismos de estruturação textual e das correspondentes funções pragmático-textuais” (JUBRAN, 2006, p 31-32).

No entanto, o processamento dessas estratégias e mecanismos não resulta em uma dicotomia entre o papel textual e o interativo de um determinado uso, mas os integra em um *continuum*, em que, de um lado, estão os elementos com funções estritamente relacionadas à organização, construção, manutenção ou até quebra do fluxo de informação, considerados mais textuais; e, no outro extremo, estão os elementos que predominantemente atuam nas circunstâncias enunciativas, considerados mais interativos. Sendo assim, não temos categorias estanques entre o que é textual e o que é interacional, uma vez que há classes intermediárias entre um pólo e outro, podendo uma mesma forma prestar-se a diferentes funções.

Considerando o texto como objeto de análise, essa perspectiva teórica propõe como unidade de análise o “tópico discursivo”, também chamado de unidade transfrástica ou unidade textual, que tem estatuto textual-discursivo e define-se como categoria abstrata e analítica, com a qual se opera na descrição da organização tópica de um texto, sendo que essa

estruturação tópica serve como fio condutor da organização textual-interativa (JUBRAN, 2006).

O tópico discursivo tem como propriedades particularizadoras, tais como: a *centração*, que é o conjunto de referentes concernentes entre si e em relevância num determinado ponto da mensagem; e a *organicidade*, que é a interdependência tópica que se estabelece em dois planos concomitantemente.

Essa perspectiva teórica, que se compatibiliza com os pressupostos da gramaticalização, sobretudo no que se refere à face semântico-pragmática do processo (LOPES-DAMÁSIO, 2008), será uma ferramenta importante para análise das construções adversativas, a partir de divisões tópicas do texto, pontuando e apontando supostas diferenças semânticas entre os juntores que operam intratópicos e aqueles que operam intertópicos. Isso é possível ainda porque consideramos que as construções adversativas participam argumentativamente da construção textual (KOCH, 1995; NEVES, 2006). Essa perspectiva auxiliará também na classificação e na explicação do papel textual e/ou interativo dos itens em tela, uma vez que esse será um critério de análise das construções em discussão.

CAPÍTULO 3

Procedimentos metodológicos

Este capítulo é dedicado à apresentação do material e dos procedimentos metodológicos usados neste trabalho de pesquisa. Inicialmente, descrevemos como os *corpora* foram constituídos tendo como parâmetro a noção de Tradição Discursiva proposta por Kabatek (2006). Em seguida, pontuamos as escolhas metodológicas feitas durante a pesquisa: análise quantitativa e qualitativa, conjugando as perspectivas sincrônica e diacrônica.

3.1. A Constituição dos *Corpora*

Seguindo as orientações dos demais trabalhos do PHPP, o *corpus* desta pesquisa é constituído de um único gênero – o gênero carta – que se insere em Tradições Discursivas (TDs) diferentes. A noção de TD representa uma ferramenta metodológica importante, conforme proposto por Kabatek (2006), que pondera a importância de uma metodologia mais criteriosa para o estudo histórico, devendo-se considerar os “tipos” de textos que formam o *corpus* de análise. De acordo com o autor, em estudos históricos das formas linguísticas, não se estuda a língua, mas os textos dessa língua em diferentes épocas. Portanto, o que temos em um estudo diacrônico é a história de textos e não a história da língua (KABATEK, 2006).

Nesse sentido, Kabatek critica o estudo cujo material de análise seja a sucessão de diferentes textos, sendo necessário, segundo ele, que voltemos nossa atenção para o fato de que as TDs condicionam o uso de formas linguísticas. Considerando a TD como a repetição linguística de um texto ou de formas textuais, que são evocadas por determinados contextos situacionais, Kabatek propõe duas possibilidades de composição de um *corpus* diacrônico: (i)

basear o estudo em uma única TD, de modo que estudamos a história de uma determinada TD; ou, (ii) selecionar diferentes TDs, constituindo um *corpus* “equilibrado”, de modo que estudamos a história de diferentes TDs. Para esse trabalho de pesquisa, optamos por selecionar uma TD complexa – diferentes maneiras de escrever cartas - com a finalidade de estudarmos o percurso histórico das construções adversativas de base adverbial, durante os séculos XIX e XX.

3.1.1. *Corpora* do século XIX

Para o estudo do funcionamento das adversativas no português brasileiro do século XIX, selecionamos parte do material do PHPP, que está disponibilizado em meio impresso e digital, reunido e editado por Simões e Kewitz (2006) e por Barbosa e Lopes (2006). Frente ao objeto da pesquisa e ao contexto maior em que ela se insere, os critérios para o recorte do *corpus* foram (i) a Tradição Discursiva; (ii) a localização temporal; e, (iii) a localização geográfica. Assim, optamos pelas cartas de natureza diversa produzidas no estado de São Paulo, no século XIX. Esse material, em que se misturam diferentes formas convencionalizadas de “escrever cartas”, para diferentes propósitos sociais, configura uma TD complexa dentro do gênero carta. Atendidas as condições estabelecidas, elegemos a seguinte amostra¹⁷:

(i) Cartas Paulistas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Esse *corpus* é composto por cartas, depositadas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que giram em torno da pessoa de José Bonifácio de Andrada e Silva. São cartas escritas entre 1801 e 1822, período de grandes transformações históricas no país.

¹⁷ O nome do conjunto de cartas é dado a partir das iniciais do nome original, portanto: CP - Cartas Paulistas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e CLR - Cartas de leitores e cartas de redatores, correspondente ao conjunto de Cartas publicadas em jornais do século XIX.

A composição da amostra é de 19 cartas de missivistas oriundos de cidades da então vigente Capitania de São Paulo e procura seguir as seguintes orientações: a) simetria/assimetria entre missivista e destinatário; b) registro oficial formulaico/oficial “popular”, feitos ora por um “autor seguro” por um “autor inseguro”, ou por “mãos hábeis”, “mãos pouco hábeis” e “mãos inábeis”, segundo Rita Marquilhas (1996) *apud* Barbosa (2002).

(ii) Cartas publicadas em jornais do século XIX

Esse conjunto de documentos é composto por cartas de leitores e cartas de redatores de jornais oitocentistas do estado de São Paulo. Esse material encontra-se reunido em um livro intitulado “Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do século XIX”, organizado por Célia Lopes e Afrânio Barbosa. O livro é composto por cartas de jornais de diversas regiões do país, a saber, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais. De todo material disponível, selecionamos as 179 cartas de jornais de São Paulo.

3.1.2. *Corpora* do século XX

Considerando que os *corpora* do PHPP não abrangem o século XX, o material de pesquisa teve que ser ampliado a partir da constituição de mais dois *corpora*, que abrangem todo o século XX até o início do século XXI.

A ampliação dos *corpora* seguiu os mesmos critérios estabelecidos para o recorte do *corpus* do século XIX: (i) a Tradição Discursiva; (ii) a localização temporal; e, (iii) a localização geográfica, além desses critérios, consideramos também as características e o tamanho das amostras utilizadas para o século XIX, ou seja, as quantidades de cartas que

compõem os *corpora* são semelhantes e a finalidade dessas cartas também. Visto isso, utilizamos as seguintes amostras¹⁸:

(i) Correspondência passiva de Washington Luiz

Essa amostra é composta por cartas particulares recebidas por Washington Luiz ao longo de sua vida (pública e privada), cujos remetentes são parentes e amigos. Do acervo completo de documentos pessoais, depositados no Arquivo Nacional de São Paulo, foram selecionadas 79 cartas. Essa seleção teve como critérios: a) cartas particulares, o que pode indicar menor grau de planejamento do texto e maior relaxamento da escrita; b) cartas de parentes, indicando maior proximidade entre remetente e destinatário; e c) século XIX, embora tenha no mesmo arquivo cartas do século XX.

Esse *corpus* está dividido em cartas com remetentes paulistas – compondo o total de 21 cartas – e remetentes fluminenses – compondo o total de 58 cartas. Tendo em vista, os critérios de seleção estabelecidos para este projeto de pesquisa, nos restringimos às cartas com remetentes paulistas, portanto nosso *corpus* relativo às cartas de W. Luiz é composto por 21 cartas, produzidas no primeiro ano do século XX.

(ii) Cartas pessoais de Lima Barreto

Esse *corpus* é composto por cartas pessoais do escritor Lima Barreto. Em dois volumes, intitulados *Correspondência – Lima Barreto*, estão organizadas as correspondências pessoais recebidas ou enviadas por Lima Barreto ao longo de sua vida. Dentre elas, selecionamos apenas aquelas produzidas durante o século XX, cujos remetentes eram do estado de São Paulo. Devido aos critérios de seleção, as cartas escritas por Lima Barreto não

¹⁸ O nome do conjunto de cartas é dado a partir das iniciais do nome original, portanto: CWL - Correspondência passivas de Washington Luiz; CLRV - Cartas de leitores e cartas aos leitores da Revista Veja; e, LB - Cartas passivas de Lima Barreto.

puderam ser consideradas, uma vez que ele escrevia do Rio de Janeiro. Assim, a amostra foi formada por 33 cartas enviadas por Veiga Miranda, Artur Mota Casa Garraux, Leo Vaz e grande parte por Monteiro Lobato, durante os anos de 1917 e 1922.

Essa amostra se compatibiliza com a amostra do século XIX, Cartas Paulistas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que reúne cartas relacionadas a José Bonifácio de Andrada e Silva.

(iii) Cartas publicadas em revista do século XX

A segunda amostra é constituída por cartas de leitores e de redatores, publicadas na Revista VEJA, durante o século XX. São textos publicados em seções destinadas a comentários e críticas feitas pelos leitores sobre reportagens ou abordagens feitas pela revista. Trata-se de uma seção em que a revista se comunica diretamente com o leitor, relatando fatos relacionados com a montagem das reportagens, principalmente assuntos relacionados à reportagem de capa.

O novo *corpus* foi coletado durante o desenvolvimento deste projeto de pesquisa, pelas mestrandas Tatiana Cian Botaro e Gláucia Andrioli Chiarelli e pela doutoranda Lúcia Regiane Lopes-Damasio. Para a composição do *corpus*, foram selecionadas 384 revistas, compreendendo os anos de 1968 a 2000, seguindo os seguintes critérios: (i) revistas publicadas na última semana de cada mês; (ii) cartas de remetentes do estado de São Paulo; (iii) cartas ao leitor, considerando que a edição da revista é de São Paulo. Essas revistas encontram-se armazenadas na Hemeroteca da Casa de Cultura de São José do Rio Preto. Inaugurada em 1968, a hemeroteca armazena aproximadamente 6,8 mil volumes de jornais e revistas, dentre eles os volumes da Revista VEJA, a partir do ano de 1968.

Esse material encontra-se fotografado e editado, compondo material de pesquisa extra para o grupo de pesquisa do PHPP e está sendo utilizado por membros do subgrupo “Diacronia dos processos constitutivos do texto”.

A partir dessa amostra maior, selecionamos aleatoriamente 195 cartas, tornando o material compatível à amostra de cartas midiáticas do século XIX.

3.2. Metodologia de pesquisa

Quanto à metodologia, este trabalho conjuga as abordagens quantitativa e qualitativa, a partir das perspectivas sincrônica e diacrônica. Especificamente, com relação à abordagem quantitativa, partiremos dos estudos de Bybee (2003), que apontam como importantes métodos de aferir a frequência de usos em estudos sobre mudança a frequência *token* e a frequência *type*. A frequência *token* ou frequência textual indica a quantidade de ocorrências de uma determinada construção, independentemente de seus significados específicos. Em contrapartida, a frequência *type* mede a frequência de um padrão de uso particular, podendo ser medida a partir da consideração das diferentes funções assumidas por determinada construção. Desse modo, neste trabalho, entenderemos como frequência *token* a soma de todas as construções adversativas encontradas e como frequência *type* o total de ocorrências de cada tipo de construção encontrada. Para a contagem das frequências, utilizamos o programa Excel.

Feita essa breve exposição teórica sobre a abordagem quantitativa e retomando o que já foi dito sobre as perspectivas sincrônica e diacrônica, as duas sincronias sucessivas serão analisadas com a finalidade de observar o processo de evolução das construções adversativas constituídas por diferentes juntores, e tendo como parâmetro a trajetória histórica do item prototípico *mas*, percorreremos na etapa de análise os seguintes passos:

(a) levantamento das ocorrências com *mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto, só que, enquanto que, agora, já* nos conjuntos de amostras estabelecidos para as duas sincronias;

(b) análise das ocorrências de acordo com os seguintes critérios: (i) nível de articulação: as ocorrências serão analisadas de acordo com a posição sintática do item, no início, no meio ou no final da construção; dimensão da unidade articulada (sintagma, oração, parágrafos e partes maiores do texto, conforme Neves (2006)), que será considerada com base na divisão tópica do texto, a saber, posição do juntor intra ou intertópicos; co-ocorrência com outros jutores, já que o juntor adversativo poderá aparecer com outros jutores. Esses fatores nos auxiliarão na construção do *cline* de gramaticalidade, uma vez que fatores como mobilidade sintática e co-ocorrência com outras conjunções são critérios para dizer se uma construção está menos ou mais gramaticalizada, já que quanto mais gramaticalizado, mais fixa é a posição do item e a possibilidade de precedência de outras conjunções indica o menor grau de gramaticalidade do item (LONGHIN-THOMAZI, 2003a). Além disso, esses fatores auxiliarão na definição do estatuto do juntor, que em geral oscila entre advérbio e conjunção¹⁹; (ii) relações semântico-discursivas: considerando que no domínio da adversidade, as construções apresentam uma pluralidade de acepções de sentido, as construções serão agrupadas de acordo com a acepção expressa, como: oposição/contraste, contra-argumentação, diferença, refutação/retificação, não-satisfação, compensação, surpresa, restrição (BOTARO, 2006).

(c) cruzamento dos aspectos sintáticos e semânticos, para propormos uma escala crescente de complexidade entre grau de integração sintática e relações semântico-discursivas das construções (RAIBLE, 2001);

¹⁹ No desenvolvimento da pesquisa novos estatutos poderão ser atribuídos a esses itens adversativos.

(d) análise diacrônica dos dados, a partir da comparação das duas sincronias, com o intuito de apreender as possíveis mudanças de funcionamento das construções adversativas ao longo do tempo, recapitulando aspectos da trajetória histórica dessas construções, como os contextos que propiciaram as mudanças. Para a análise dos contextos, utilizaremos o modelo proposto por Heine (2002);

(e) proposta de um possível *cline* de gramaticalidade das construções em discussão, tendo como base, como já mencionado, o percurso evolutivo do item adversativo prototípico *mas*.

CAPÍTULO 4

Adversidade nas cartas dos séculos XIX e XX

O objetivo deste capítulo é propor uma análise quantitativa e qualitativa das construções adversativas de base adverbial do português: *porém*, *no entanto*, *entretanto*, *contudo*, *todavia* e *só que*. Em um primeiro momento, procuramos esboçar um quadro geral do funcionamento das adversativas, enfocando o funcionamento sintático, semântico e discursivo dessas construções, comparando-as com o jutor prototípico *mas*. Após vislumbrarmos esse quadro geral, pontuamos as particularidades do funcionamento de cada construção, em cada século, com a finalidade de tentarmos apreender o percurso histórico evolutivo dessas construções nos séculos privilegiados neste trabalho. Com essa organização, pretendemos dar um panorama geral do funcionamento das construções adversativas para, enfim, apresentar as suas particularidades de uso.

4.1. Apuração das frequências nos *corpora* estabelecidos

Considerando a relevância da análise quantitativa em estudos sobre mudança linguística, expomos, a seguir, no formato de tabelas, as frequências das construções adversativas nos dados investigados.

- (i) Ocorrências das construções adversativas:

Types	Frequência
Mas	258 (66,6%)
Porém	70 (18,1%)
Entretanto	20 (5,2%)
No entanto	16(4,2%)
Contudo	13(3,3%)
Todavia	9 (2,3%)
Só que	1 (0,3%)
Token	387(100%)

Tabela 3: Ocorrências das construções adversativas.

Na Tabela 3, em que observamos as frequências *type* e *token* das construções adversativas, podemos perceber que, de um modo geral, *mas* é o item adversativo com maior ocorrência, constituindo mais de 65% das ocorrências totais das adversativas. Essa informação corrobora os estudos que apontam *mas* como o juntivo adversativo prototípico. Seguindo *mas*, com um percentual bem menor, está *porém* com aproximadamente 18% das ocorrências. As demais construções, exceto *só que*, são usadas com uma frequência bastante próxima uma das outras, se observado em suas quantidades totais, no entanto, podemos particularizar a análise em função das ocorrências distribuídas pelos séculos, conforme é possível visualizar na Tabela 4.

(ii) distribuição das construções adversativas nos *corpora*:

Corpora	Frequência
CLR – XIX	156 (40,3%)
CLRV – XX	130 (33,6%)
CP – XIX	54 (14,0%)
CLB – XX	26 (6,7%)
CWL – XX	21(5,4%)
Total	387(100%)

Tabela 4: Construções adversativas nos *corpora*.

***Legenda:**

Cartas publicadas em jornais do século XIX (CLR – XIX)

Cartas publicadas em revistas do século XX (CLRV – XX)

Cartas Paulistas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (CP – XIX)

Cartas pessoais de Lima Barreto (CLB – XX)

Correspondências passivas de Washington Luiz (CWL – XX)

Na Tabela 4, podemos observar que as cartas midiáticas, cartas de leitores e cartas de redatores de jornais do estado de São Paulo e da Revista *VEJA*, propiciam o aparecimento de adversativas, ou seja, nessas cartas, conforme mostra o destaque feito na tabela, há o uso muito mais frequente das diversas construções adversativas, provavelmente por serem cartas com alto grau de argumentatividade, uma vez que nelas são expostos, em geral, pontos de vistas, críticas e sugestões.

- (iii) correlação entre o tipo de construção adversativa e o *corpus* analisado:

Tipo de carta Construção	Século XIX			Século XX				Total Geral
	CP	CLR	Total	WL	LB	CLRV	Total	
Mas	35	106	141	12	20	85	117	258
Porém	14 (35%)	26 (65%)	40 (100%)	9 (30%)	4 (13,3%)	17 (56,7%)	30 (100%)	70
Entretanto	4 (36,4%)	7 (63,6%)	11 (100%)	-	1 (11,1%)	8 (88,9%)	9 (100%)	20
No entanto	-	2 (100%)	2 (100%)	-	1 (7,1%)	13 (92,9%)	14 (100%)	16
Contudo	1 (11,1%)	8 (88,9%)	9 (100%)	-	-	4 (100%)	4 (100%)	13
Todavia	-	7 (100%)	7 (100%)	-	-	2 (100%)	2 (100%)	9
Só que	-	-	-	-	-	1 (100%)	1 (100%)	1
Total	54 (25,7%)	156 (74,3%)	210 (100%)	21 (11,8%)	26 (14,7%)	130 (73,5%)	177 (100%)	387

Tabela 5: Correlação entre o tipo de construção adversativa e o tipo de carta.

Nessa Tabela 5, é possível perceber que *mas* e *porém* mantêm uma frequência bastante equilibrada nos dois séculos, havendo uma pequena diminuição da frequência de ambos no século XX (*mas* – século XIX, 141 e século XX, 117; *porém* – século XIX, 40 e século XX, 30). *Entretanto* permanece com a mesma frequência em ambos os séculos.

Contudo e *todavia* apresentam uma maior frequência no século XIX e são encontrados somente em cartas midiáticas, com exceção de uma ocorrência de *contudo*, encontrada nas cartas pessoais de José Bonifácio de Andrada e Silva. Por outro lado, *no entanto* quase que exclusivamente só aparece no século XX, assim como *só que*, que, com uma única ocorrência, foi encontrado somente no século XX, nas cartas de leitores e nas cartas de redatores da Revista *VEJA* (cf. Tabela 3).

4.2. Funcionamento sintático-semântico das construções adversativas

O funcionamento sintático-semântico das construções adversativas *porém*, *contudo*, *todavia*, *no entanto*, *entretanto* e *só que* será analisado de acordo com o paradigma analítico de *mas* proposto no Capítulo 1, ou seja, com base no funcionamento de *mas*, observamos o funcionamento sintático e semântico das demais construções.

Vejamos a Tabela 6, específica do século XIX, em que expomos a correlação entre tipo de construção e a sua posição sintática. Para isso, consideramos as 210 ocorrências dos itens no *corpus* em tela, no entanto, focaremos somente as construções *porém*, *entretanto*, *contudo*, *todavia* e *no entanto*, sendo *mas* excluído.

Posição	Inicial	Medial	Final	Total
Construção				
Mas	141	-	-	141
Porém	19 (47,6%)	21 (52,4%)	-	40 (100%)
Entretanto	10 (90,9%)	01 (9,1%)	-	11 (100%)
Contudo	04 (44,4%)	05 (55,5%)	-	09 (100%)
Todavia	05 (71,4%)	02 (28,6%)	-	07 (100%)
No entanto	01 (50%)	01 (50%)	-	02 (100%)
Total	180 (85,7%)	30 (14,3%)	-	210 (100%)

Tabela 6: Correlação entre tipo de construção e posição sintática – século XIX.

De modo geral, as construções adversativas no século XIX são constituídas pelos juntores *mas*, *porém*, *contudo*, *todavia*, *no entanto* e *entretanto*, encontrados em posição inicial e medial, com exceção de *mas* que só apareceu em posição inicial, conforme previsto, e de *no entanto*, que apresentou uma única ocorrência em posição inicial²⁰.

Por outro lado, no século XX, o grupo das construções adversativas abarca um número maior de construções que expressam adversidade: *mas*, *porém*, *contudo*, *todavia*, *entretanto*, *no entanto*, *só que*, *enquanto (que)*. Vejamos a Tabela 7:

²⁰ Embora *no entanto* só tenha sido encontrado em posição medial, reconhecemos a possibilidade de ele aparecer em posição medial. Assim como reconhecemos a possibilidade de algumas construções aparecerem em posição final, mesmo que nenhuma ocorrência tenha sido observada.

Posição	Inicial	Medial	Final	Total
Construção				
Mas	117	-	-	117
Porém	12 (40%)	18 (60%)	-	30 (100%)
Entretanto	01 (10%)	09 (90%)	-	10 (100%)
No entanto	06 (42,8%)	08 (57,1%)	-	14 (100%)
Contudo	02 (50%)	02 (50%)	-	04 (100%)
Todavia	02 (100%)	-	-	02 (100%)
Só que	01 (100%)	-	-	01 (100%)
Total	141 (79,2%)	37 (20,8%)	-	178 (100%)
Posição	Inicial	Medial	Final	Total

Tabela 7: Correlação entre tipo de construção e posição sintática – século XX.

Na Tabela 7, observamos que todos os itens flutuam nas posições inicial e medial, com exceção de *mas*, *todavia* e *só que*, restritos à posição inicial. Assim como na Tabela 4, a posição final não é ocupada por nenhuma das construções, apesar de sabermos que é plenamente possível o uso de algumas dessas construções nessa posição.

Observando as Tabelas 6 e 7, podemos perceber que, tomando o uso de *mas* como parâmetro, os demais itens apresentam mobilidade sintática, flutuando entre as posições inicial e medial, o que evidencia que são itens que preservam pelo menos parte de seus traços adverbiais.

Em uma comparação mais detalhada, notamos que *mas* e *porém* apresentam um aumento na frequência durante o século XX; *entretanto* manteve a frequência geral, só que durante o século XIX a posição privilegiada é a medial, enquanto que no século XX a posição privilegiada é a inicial; *no entanto* aumentou a frequência durante o século XX; por outro lado *todavia* diminuiu a frequência durante o século XX; já *contudo* se manteve inalterado tanto na frequência quanto na posição em que é usado; e, o *só que* apresenta apenas uma ocorrência no século XX, em posição inicial.

Ainda com relação ao funcionamento sintático desses itens, apontamos para a possibilidade de eles articularem sintagmas não-oracionais, sintagmas oracionais simples, sintagmas oracionais complexos e sequências discursivas, conforme pode ser visualizado na Tabela 8:

	Século XIX					Século XX					
	Sintagma não-oracional	Sintagma oracional simples	Sintagma oracional complexo	Sequências discursivas	Total XIX	Sintagma não-oracional	Sintagma oracional simples	Sintagma oracional complexo	Sequências discursivas	Total XX	Total Geral
Mas	2 (1,4%)	6	104	29	141	7	13	36	36	117	258
Porém	1 (1,4%)	-	29	11 (26,8%)	41 (100%)	2 (6,9%)	2 (6,9%)	11 (37,9%)	14 (48,3%)	29 (100%)	70
Contudo	-	-	5 (55,6%)	4 (44,4%)	9 (100%)	-	-	-	4 (100%)	4 (100%)	13
Todavia	-	-	6 (85,7%)	1 (14,3%)	7 (100%)	-	-	-	2 (100%)	2 (100%)	9
No entanto	-	-	2 (100%)	-	2 (100%)	-	1 (7,2%)	3 (21,4%)	10 (71,4%)	14 (100%)	16
Entretanto	-	1 (9,1%)	3 (27,3%)	7 (63,7%)	11 (100%)	-	-	1 (11,1%)	8 (88,9%)	9 (100%)	20
Só que	-	-	-	-	-	-	-	-	1 (100%)	1 (100%)	1
	3 (1,4%)	7 (3,3%)	149 (70,6%)	52 (24,7%)	211 (100%)	9 (5,1%)	21 (12%)	71 (40,3%)	75 (42,6%)	176 (100%)	387

Tabela 8: Tipo de construção e tipo de articulação sintática.

A Tabela 8 revela a preferência das construções adversativas em articularem sintagmas oracionais complexos e sequências discursivas. No século XIX, podemos notar que, de um modo geral, todas as construções, articulam sintagmas oracionais complexos, no entanto, *entretanto* aponta uma tendência maior em articular sequências discursivas. Já no século XX, todas as construções articulam, com maior frequência, sequências discursivas²¹. *Porém* aproxima-se de *mas*, uma vez que se mostra produtivo articulando todos os níveis sintáticos, com exceção de sintagma oracional simples, no século XIX. Além disso, a Tabela 8 aponta para a baixa frequência de juntivos adversativos que articulam sintagmas não-oracionais e sintagmas oracionais simples.

De acordo com as explicações mais detalhadas de cada um desses níveis de articulação sintática dadas no Capítulo 1, seguimos com uma relação de usos adversativos que representam exemplos de cada um desses níveis.

No exemplo (01), *porém* articula dois termos de uma mesma oração que são funcionalmente semelhantes, os sintagmas adjetivais *pobre de recursos* e *rica em homens*, isto é, na articulação de sintagmas não-oracionais, o item adversativo relaciona termos de uma mesma oração entre os quais há paralelismo sintático.

- (01) || Hoje gastamos mais do que vendemos, nossa venda | é menor que a despesa e estamos a braços com duas | republicas; uma pobre em homens e recursos e outra | pobre de recursos, *porém* rica em homens. || Bachareis, bachareis; senhores homens da sciencia, | ás armas, hídre aos campos paraguayos buscar glorias, e depois voltai ao vosso pais a plantar a illustração pe- | la penna e pela palavra. || Outro homem do povo. (19CLR: 462)

Por outro lado, em (02), *no entanto* articula dois sintagmas oracionais simples: *Não podes entrar para a academia por causa da “desordem da tua vida urbana”* e *ela admite a frescura dum J. do R.*, tradicionalmente chamadas de orações simples.

²¹ Relembro que não estão sendo consideradas as ocorrências de *mas*, uma vez que esse é o protótipo que serve como ponto de partida para análise.

- (02) Recebi a tua última. Não podes entrar para a academia por causa da “desordem da tua vida urbana”; **no entanto**, ela admite a frescura dum J. do R. (20LB:ML 2-4-19)

Em (03), *porém* também articula, como *no entanto* no exemplo acima, sintagmas oracionais, só que complexos, ou seja, ocorre a articulação do sintagma oracional simples *Em todos os paizes civilisados a illu- | minação das ruas, mormente nas capitaes | e cidades populosas, tem sido sempre re- | conhecida como uma das primeiras neces- | sidades*; com o sintagma oracional complexo *entre nós porém, a illuminação | da capital, parece que é mais uma pen- | ção ao contractador, com meio de vida | particular do que um serviço publico*, composto por duas orações.

- (03) *Senhor Redactor do Correio Paulistano || – Digne-se Vossa Senhoria pôr a luz do meio dia | as poucas reflexões que passamos a diri- | gir-lhe acerca de dois objectos bem dis- | tinctos. || Em todos os paizes civilisados a illu- | minação das ruas, mormente nas capitaes | e cidades populosas, tem sido sempre re- | conhecida como uma das primeiras neces- | sidades; entre nós porém, a illuminação | da capital, parece que é mais uma pen- | ção ao contractador, com meio de vida | particular do que um serviço publico |* (19CLR: 442)

Além disso, as construções adversativas podem articular sequências discursivas, conforme exemplificado em (04), em que a articulação de S1 e S2 é mais complexa, pois o item adversativo *mas* introduz um S2 que estabelece contraste com grande parte do texto, ou seja, o S1 não é composto por um segmento bem delimitado, pontual como nos demais níveis de articulação já analisados; mas sim por suposições feitas a partir da retomada de grande parte do texto. O item adversativo, nesse uso, ultrapassa o domínio da sintaxe oracional, sendo fundamental à gramática do discurso, atuando na articulação textual.

- (04) Apenas chegou-nos à noticia o funesto acontecimento praticado n’esta Cidade em a noite de 11 do corrente, quasi succumbimos pelo excesso do pezar; e as circunstancias do facto, quaes nos referirão, presentes á nossa imaginação, não permittuão(sic) diminuir se a energia d’estes sentimentos generosos, que são communs a todo o cidadão amigo da humanidade, da Patria, e da restricta observancia das leis. Tencionavamos pois manifestar ao publico similhante fatalidade, quando recebemos a carta, que acabamos de transcrever, na qual o nosso estimavel correspondente se mostra tão justamente penetrado de assombro, de magoa, que pouco nos deixa a reflectir. || Espanta na verdade, e custa a crer, que no centro de uma Cidade, no meio de um Povo polido e amavel, que tem um Governo fundado nas solidas bases da Justiça se commettesse, talvez sem motivo, uma acção tão estranha. || **Entretanto** se a causa indirecta do assassinio foi, como dizem, a publicação de uma carta, que inserimos em nosso ultimo número, sem duvida folgarão com isto os desgostosos das Instituições Liberaes; mas consola-nos a lisongeira idea de que todo o homem são, despedido de prejuizos, e amante da prosperidade Nacional,

sentindo quam preciosa foi sempre a propagação das luzes, e a livre emissão do pensamento em materias politicas ha-de convencer-se de que á falta de conhecimentos, e a immoralidade é que se deve tornar a culpa de qualquer máo resultado, que maliciosamente se queira attribuir á liberdade da Imprensa. (19CLR:401)

Em (04), o S2 introduzido por *entretanto* contrasta com suposições feitas a partir de toda a informação que antecede. A partir do que é colocado pelo interlocutor, podemos inferir que o assassinato não tinha uma causa, um motivo; no entanto com *Entretanto se a causa indirecta do assassinio foi, como dizem, a publicação de uma carta, que inserimos em nosso ultimo número* ele contra-argumenta com tudo que ele pressupõe antes.

A composição de S1 com unidades maiores do texto é uma característica de grande parte das ocorrências de construções adversativas encontradas nos *corpora*. Esse traço parece ser comum no português atual, uma vez que trabalhos, como o de Neves (2006), mostram justamente como os itens adversativos articulam porções textuais maiores.

Do ponto de vista do sentido, as construções adversativas estabelecem uma relação de quebra de expectativa, que pode se realizar por meio de diferentes manobras argumentativas. As acepções de sentido expressas nessas manobras não são absolutamente distintas, isto é, não podem ser consideradas categorias discretas, uma vez que há ocorrências fluidas que compartilham características de mais de uma acepção.

Considerando o *corpus* analisado e o esquema polissêmico de *mas* exposto no Capítulo 1, as ocorrências com *porém*, *entretanto*, *no entanto*, *contudo*, *todavia* e *só que* foram analisadas de acordo com sete estratégias argumentativas diferentes: (i) oposição; (ii) refutação/retificação; (iii) compensação; (iv) diferença; (v) restrição; (vi) ressalva; e, (vii) contra-argumentação. Além dessas acepções, encontramos ocorrências que chamam a atenção por apresentarem uma relação de contraste menos clara.

Vejamos a frequência dessas acepções de sentido nos dados dos séculos XIX e XX, na Tabela 9:

		Século XIX					Total	Século XX					Total
Acepções		1	2	3	4	5		1	2	3	4	5	
Construção	CA	REF	OPO	RES	REV			CA	REF	RES	OPO	COM	DIF
Más	110	14	6	2	2	134		86	14	1	7	2	111
Porém	37 (92,5%)	-	2 (5%)	-	1 (2,5%)	40 (100%)		22 (75,9%)	1 (3,4%)	-	6 (20,7%)	-	29 (100%)
Contudo	6 (100%)	-	-	-	-	6 (100%)		4 (100%)	-	-	-	-	4 (100%)
Todavía	5 (100%)	-	-	-	-	5 (100%)		2 (100%)	-	-	-	-	2 (100%)
No entanto	1 (100%)	-	-	-	-	1 (100%)		14 (100%)	-	-	-	-	14 (100%)
Entretanto	8 (100%)	-	-	-	-	8 (100%)		9 (100%)	-	-	-	-	9 (100%)
Só que	-	-	-	-	-	-		1 (100%)	-	-	-	-	1 (100%)
Total	167 (86,1%)	14 (7,2%)	8 (4,1%)	2 (1,1%)	3 (1,5%)	194 (100%)		138 (81,2%)	15 (8,8%)	1 (0,6%)	13 (7,6%)	2 (1,2%)	170 (100%)

Tabela 9: Tipo de construção e tipo de acepção de sentido

* A diferença quantitativa entre essa tabela e as demais acontece por causa das construções que não puderam ser computadas por serem consideradas MDs ou por apresentarem alguma ambigüidade de sentido. As ambíguas serão discutidas nas próximas seções.

* Legenda:

- Acepções de Sentido
- 1. Marcador de Contra-argumentação (CA)
 - 2. Marcador de Refutação/Retificação (REF)
 - 3. Marcador de Restrição (RES)
 - 4. Marcador de Oposição (OPO)
 - 5. Marcador de Ressalva (REV)
 - 6. Marcador de Compensação (COM)
 - 7. Marcador de Diferença (DIF)

Verificamos que a contra-argumentação é a manobra argumentativa por excelência de todas as construções adversativas em discussão. O *porém* dentre as demais construções é a que mais se aproxima de *mas*, uma vez que apresenta usos não só como marcador de contra-argumentação, como também como marcador de oposição e ressalva, no século XIX, e como marcador de oposição, no século XX, enquanto que as demais construções expressam apenas as manobras argumentativas que compõem a contra-argumentação.

Nas próximas subseções, partindo do paradigma analítico de *mas*, cada construção será analisada mais detalhadamente tanto em seus aspectos sintáticos quanto em seus aspectos semânticos, além de mostrarmos o comportamento fluido de cada construção.

4.2.1. O uso de *PORÉM*

Historicamente, o advérbio latino *proinde* (<per inde) deu origem à locução arcaica *porende* ~ *poren* que expressa explicação/conclusão (correlato de *por isso*), prevalecendo a forma abreviada *poren*, que se tornou *porém*, conjunção de contrajunção no português (ALI, 1964).

De acordo com os estudos realizados por Longhin-Thomazi (2007), durante os séculos XIII e XIV, *poren* funcionava como advérbio e como conjunção, expressando sentido de explicação-conclusão, não havendo indício do valor adversativo. No século XV, *poren* expande seus contextos de atuação, indicando, segundo a autora, processo de gramaticalização. Então, durante os séculos XV e XVI, o valor adversativo toma o primeiro plano, enquanto que o significado fonte vai desaparecendo. O contexto que teria propiciado a transição do valor explicativo para o adversativo teria sido um uso de *poren* como correlato enfático de uma construção concessiva.

No século XIX, notamos que *porém* ainda está em processo de gramaticalização como conjunção adversativa, uma vez que encontramos um caso em que *porém* co-ocorre com *mas*, ocupando a segunda posição. Vejamos o exemplo (05), em que esse uso é exposto:

- (05) O FEIJÃO E OS ATRAVESSADORES || *Senhor* Redactor: || Vocemecê é homem da imprensa, vive sempre preoc- | cupado com as poesias e não ha de saber do que se pas- | sa no mundo de chilra prosa em que eu e minhas co- | madres vivemos. Pois, eu quero sempre dar-lhe uma | prosinha do meu mundéo para que vossa mercê faça uma pe- | quena idéa dos transtornos em que vivemos. || O meu Chico, as pequenas familias e eu, estamos ave- | sados ao feijão e não passamos sem elle; essas ostras e | sôpa de tartaruga que vem nas latas dos estrangeiros, | nunca emporcalharam os nossos estomagos. Quem nos | tira de um viradinho bem mechido não nos quer bem. || Mas agora, não sei porque artes, estão os *senhores* vendei- | ros desavergonhados como nunca se viu; pois eu não | sei como se apellide o descôco com que esses judêos | do inferno pedem tanto dinheiro pelo nosso estimadis- | simo feijão. || Eu lhe digo, pelo que eu quero a esse legumezito era | capaz até de pol-o n'um throno, mas com esta guerra | estão todos muito agarrados e a gente anda escorrída | de bolsa e não póde fazer africanas nem proezas. || Dantes quatro vintens de feijão era quasi um balaio, | agora é um fiapinho que nem os olhos enxergam. || Ora isto assim não se póde mesmo aturar. Diz-me | um dos meus filhos, o Quincas - que anda na escola e | já entende de virgulas, que esta careza é por via desses | atravessadores. Não sei que historia é essa lá, *mas po- | rém* seja como fôr eu não sei com que malevolencia se | ha de agora atravessar o feijão. Que vão atravessar pa- | raguayos, raça de judas. || Em fim de contas eu o que quero é providencias sé- | rias. A minha e a barriga de minha familia, não póde | estar exposta aos botes dos atravessadores; e por isso | - rogo a vossa mercê que atice a policia nesses miliantes e dê | com elles no chelindrô. || Eu prometto-lhe um balainho de óvos frescos se vossa mercê | fizer com que os taes vendeiros dêem o feijão por uma | continha que não aleije os pobres. || Sou uma sua creada | BALBINA ROSA. (19CLR: 469)

Nesse exemplo, *porém*, ao co-ocorrer com *mas*, juntor adversativo prototípico, funciona como um advérbio de reforço, transparecendo, assim, o traço adverbial do item, que ora se aproxima mais de uma conjunção prototípica, ora de advérbios juntivos (NEVES, 2006).

Esses casos de co-ocorrência, em que um dos itens preserva traços adverbiais, corroboram o princípio da persistência de Hopper (1991). Com o propósito de identificar os estágios incipientes da gramaticalização, o autor afirma que em estágio menos avançado do processo, a construção preserva os traços de sua forma fonte no novo uso.

Com a base adverbial semelhante à de *mas*, notamos que *porém* apresenta um funcionamento sintático-semântico semelhante ao de *mas* nas sincronias investigadas, com algumas particularidades quanto ao funcionamento sintático, o que nos permite afirmar que esse item apresenta-se em um estágio menos avançado de gramaticalização.

Sintaticamente, *porém* revela liberdade posicional, inicial ou medial, mas os números, expressos nas Tabelas 5 e 6, sugerem a tendência desse item aparecer em posição medial.

A liberdade posicional é outro indício de que *porém* encontra-se menos gramaticalizado do que *mas*, pois essa flutuação posicional é, assim como a co-ocorrência, um traço tipicamente adverbial e não conjuncional.

Por outro lado, com relação à articulação sintática, *porém* apresenta os mesmos usos de *mas*, articulando sintagmas, orações, períodos e, em grande frequência, sequências discursivas.

Semanticamente, *porém* parece ter se especializado como marcador de contra-argumentação, embora tenhamos encontrado alguns poucos casos de *porém* marcador de oposição, marcador de ressalva e marcador de refutação/retificação.

É importante ressaltar também que não encontramos, no *corpus*, nenhum caso de *porém* Marcador Discursivo. Essa e outras características já exploradas revelam que *porém* está em um estágio de gramaticalização menos avançado que *mas*, não apresentando usos como articulador textual-interativo, no entanto exerce um papel fortemente textual em usos como no exemplo (06). A alta frequência de usos que articulam sequências discursivas se apresenta, como verificamos com o *mas*, como a satisfação de uma condição para que *porém* evolua para Marcador Discursivo, ou seja, já apresentando o uso altamente textual, falta apresentar o “desbotamento” semântico do valor adversativo para atingir o uso mais interacional.

- (06) Deixou de fazer parte da redacção desta folha o nosso bom amigo doutor Samuel das Neves, que, por muito tempo, nos prestou o seu auxilio leal e desinteressado. || Comunicamos, *porém*, aos nossos leitores que o doutor Samuel das Neves continuará, de quando em quando, a mimosear "A NOITE" com os fructos do seu talento. (19CLR: 548)

Em (06), *porém*, em posição medial, introduz S2, *Comunicamos, porém, aos nossos leitores que o doutor Samuel das Neves continuará, de quando em quando, a mimosear "A*

NOITE" com os fructos do seu talento, e estabelece contraste com uma mensagem que pode ser inferida a partir do segmento anterior – *Deixou de fazer parte da redacção desta folha o nosso bom amigo doutor Samuel das Neves, que, por muito tempo, nos prestou o seu auxilio leal e desinteressado*. A mensagem inferida é: se ele deixou de fazer parte da redação do jornal, não escreverá mais artigos para o jornal. Nesse uso, *porém* estabelece relação de contra argumentação, em que o segmento introduzido pelo item nega uma possível conclusão inferida a partir de S1.

De um modo geral, podemos dizer que *porém* está em um processo de descategorização (HOPPER, 1991), em que há a perda de traços da categoria de advérbio, categoria fonte, e de recategorização, em que há o ganho de traços da categoria alvo, o que resulta nesse comportamento híbrido, ora aproximando-se de advérbio ora aproximando-se de juntor textual.

4.2.2. O uso de *ENTRETANTO*

Resultado de uma combinação histórica da preposição *entre* e do pronome *tanto*, de origem adverbial (latim *tantum* – “tanto”, “de tal modo”), *entretanto* tem como significado fonte a referência à coexistência de algo no tempo, ou seja, a construção teve, no passado, valor temporal de “entrementes”, “enquanto isto sucede” (ALI, 1976).

Longhin-Thomazi, em um estudo diacrônico, revelou que o primeiro uso de *entretanto*, encontrado nos dados investigados por ela, no século XV, a construção é advérbio fórico juntivo, co-ocorre com *e* e mantém o sentido fonte de “ao mesmo tempo”. Já no século XVII, *entretanto* apresenta um uso em contexto ambíguo, no qual são possíveis as leituras de tempo e de contraste. Sendo assim, a autora conclui que o contexto em que há a coexistência de dois fatos ou situações incompatíveis permite a inferência de contraste.

A co-ocorrência com *e* perdura até o século XIX, quando encontramos um uso em que a construção co-ocorre com a conjunção coordenativa aditiva, conforme destacamos em (07), em que *entretanto* é precedido por *e*. Nesse uso, encontramos a persistência de alguns traços adverbiais de *entretanto*, uma vez que a construção adversativa auxilia *e* a marcar o valor de adversidade, de contraste expresso pelo contexto, ou seja, o contexto indica dois fatos incompatíveis: há informação de que a epidemia tem aumentado, *a epidemia que grassa no Rio de Janeiro não tem diminuído, antes pelo contrario augmenta*, mas nada é feito para combatê-la, *e entretanto pelas que nella cidade providencia alguma se torna quanto a medidas preventivas*. Isso se deve ao fato de *e* exercer não só seu valor prototípico de adição, mas também, em alguns contextos, o valor de contraste.

(07) Post-Scriptum || A hora adiantada em que recebemos nossos jornaes é cartas da côrte vindos pelo vapor “Parahyba”, sahido daquelle porto a 11 do corrente, não nos permite fazer o nosso extrato de noticias. Com tudo diremos que a epidemia que grassa no Rio de Janeiro não tem diminuído, antes pelo contrario augmenta; **e entretanto** pelas que nella cidade providencia alguma se torna quanto a medidas preventivas. (19CLR: 496)

Observando os séculos XIX e XX, o funcionamento sintático de *entretanto* revela uma inversão de uso significativa entre as duas sincronias. Com a frequência invariável em ambas, a construção mostrou-se mais produtiva na posição inicial durante o século XIX (cf. Tabela 5), enquanto no século XX, a posição medial prevalece em quase 100% das ocorrências (cf. Tabela 6).

Com relação à articulação sintática, durante o século XIX, *entretanto* apresenta usos variados, juntando desde sintagmas oracionais simples até partes textuais maiores, só não apareceu articulando sintagmas não-oracionais, embora seja um comportamento possível, conforme podemos ver em: “A equipe brasileira é muito boa, *entretanto* pequena”, exemplo criado para ilustração.

No entanto, os dados do século XX, revelaram preferência por articular sequências discursivas, iniciando, na grande maioria dos casos, um novo sintagma oracional complexo,

sendo precedido de ponto final. Isso aponta para o forte desenvolvimento textual da construção, ou seja, ela se especializou em ajudar na construção textual. Essa alta frequência do trabalho fortemente textual, como indicam os dados de *mas*, aproxima a construção do uso mais discursivo, ou seja, o uso textual precede a formação do Marcador Discursivo.

Além disso, ao analisarmos os usos semânticos de *entretanto*, notamos que houve uma especialização do item em marcar a contra-argumentação, como pode ser visto no exemplo abaixo.

- (08) O debate paulista, por exemplo, já teve um primeiro resultado notável: deixou claro que ambos os aspirantes ao governo maior, mais importante e mais rico Estado brasileiro precisam apresentar muito mais do que apresentaram na televisão para merecerem o voto de quem quer que seja. A pouco mais de seis meses das eleições de novembro, nenhum dos dois demonstrou um reparo sequer razoável para ocupar o governo de São Paulo, deixando o eleitor sem razões claras para escolher um ou outro. Pesquisas de opinião, é certo, podem revelar quem se saiu melhor no decorrer do debate. Isso não quer dizer, *entretanto*, que os debatedores tenham sido convincentes. (20CLRV:83)

Em (08), o sintagma oracional complexo *Pesquisas de opinião, é certo, podem revelar quem se saiu melhor no decorrer do debate*, ao afirmar categoricamente que as pesquisas de opinião revelam o resultado final de um debate, leva o interlocutor a inferir que os debatedores foram convincentes, no entanto essa inferência é negada, contra-argumentada pelo S2 *não quer dizer, entretanto, que os debatedores tenham sido convincentes*.

Além disso, esse uso revela o trabalho textual de *entretanto*, uma vez que o item contribui para a construção da arquitetura do texto, estabelecendo relações de coesão.

É relevante mostrar que, ainda no século XX, encontramos um uso de *entretanto* em que é possível recuperar o valor fórico de origem da construção, ou seja, não há valor adversativo, apenas um forte valor anafórico, podendo ser parafraseado por “entre tudo isso”. O uso (09) coexiste com os demais usos adversativos encontrados, o que indicia que o processo de gramaticalização da construção está em curso.

- (09) Na madrugada do último sábado, com os resultados das eleições municipais emergindo morosamente das juntas apuradoras em todo o país – mas com as tendências do eleitorado já definitivamente estabelecidas –, parecia que todas as forças empenhadas no jogo político brasileiro tinham direito a se congratular. O partido do governo obtinha, como era até obrigatório por motivos de aritmética, a grande maioria dos municípios brasileiros. Mais que isso, **entretanto**, também vencia categoricamente na soma total dos votos depositados nas urnas no último dia 15 – inclusive em Estados considerados tão cruciais como São Paulo, Minas Gerais ou Paraná, entre outros. (20CLRV: 52)

Em (09), não há contraste entre S1 e S2, uma vez que *entretanto* introduz um argumento que reafirma o argumento de S1, ou seja, *entretanto* junta dois argumentos que caminham para o mesmo sentido.

4.2.3. O uso de *NO ENTANTO*

Constituída, historicamente, pela contração da preposição *em* e do artigo masculino *o* formando *no*, mais o advérbio latino *intantum*, que deu origem a *entanto*, a construção *no entanto*, durante o século XIII apresentava, de acordo com Cunha (1986), valor adverbial de tempo, podendo ser parafraseada por “neste meio tempo”, “nesse ínterim”.

No século XIX, uma única ocorrência de *no entanto* foi encontrada, co-ocorrendo com a conjunção prototípica aditiva *e*. Vejamos a ocorrência em (10):

- (10) *Senhor Redactor.* – O anno proximo passado | tive a honra de lhe dirigir uma cartinha,
| na qual perguntava como é que a Nação | dava cento e cincoenta mil reis, a um |
Senhor Proffessor para ensinar Grammatica | Latina aos meninos do Côro, quando es- |
te não dava Aula: julguei que minha tão | justa quão razoavel advertencia produzi- | ria
todo o effeito desejado; porém hoje | soube que continuava no mesmo deslei- | xo,
dando Aula de 15, em 15 dias; outras | vezes concedendo ainda maiores ferias, de |
maneira que o pequeno estudo (que ao | meu ver, não é nem-um) dos meninos | com
umas tão longas, e continuadas ferias, | ficção no mesmo estado como que nunca es- |
tudassem, **e no entanto** a soffredora Na- | ção concorrendo com os 150:000 réis
annuaes | sem que d’elles provenha-lhe o menor bem. | Parece isto abusar da bondade

do publi- | co, ou àlias, julgar tão froxa a Auctorida- | de que deve velar sobre estes
 objectos, que | não se receie resultado algum. Espero pois | que com esta minha
 segunda adver- | tencia (...) (19CLR: 393)

Nesse uso, a construção com *no entanto* sinaliza o contraste entre a falta de comprometimento do professor e o prejuízo da nação, pagando por aulas que não são realizadas, além de exercer o papel de retomar informações já dadas, ou seja, exerce papel de advérbio fórico; enquanto *e* exerce a função de juntor. Isso demonstra a cumplicidade entre juntor e construção adverbial na construção do sentido textual, isto é, enquanto *e* exerce funções sintáticas, *no entanto* exerce funções semânticas.

No século seguinte, a frequência de uso dessa construção aumenta significativamente (cf. Tabela 1). Do ponto de vista sintático, o juntor apresenta liberdade posicional, inicial ou medial, além de não mais co-ocorrer com outro elemento de junção.

Com relação ao sentido *no entanto*, predominantemente, exerce função de marcador de contra-argumentação. Vejamos um exemplo:

- (11) O Rio de Janeiro é motivo de orgulho nacional. Há poucas cidades no mundo tão belas. Nenhuma com a harmonia impecável de praias, morros e florestas. Internamente, só para o Brasil, a importância do Rio é ainda maior. Ex-capital, sempre foi um centro irradiador, uma cidade decisiva para a política, a cultura, os costumes, para a História do Brasil. O jeito carioca de ser é imediatamente reconhecido. Talvez como nenhuma outra cidade brasileira, o Rio serve de síntese e símbolo do país. O Rio é o Brasil. Nos últimos anos, *no entanto*, toda a sorte de problemas nacionais, que se foram acumulando sem ser atacados, parece ter-se concentrado no Rio de Janeiro. Pobreza, recessão, falta de planejamento, migrações desordenadas, explosão populacional e a erosão dos serviços prestados pelo Estado são dificuldades brasileiras que, no Rio, tiveram um peso ainda maior. (20CLRV: 158)

O uso de *no entanto* em (11), além de mostrar a tendência dessa construção em articular sequências discursivas, um trabalho fortemente textual, mostra também a tendência dessa construção em estabelecer a contra-argumentação de informações. O segmento introduzido pelo juntor adversativo: *Nos últimos anos, no entanto, toda a sorte de problemas nacionais, que se foram acumulando sem ser atacados, parece ter-se concentrado no Rio de*

Janeiro. Pobreza, recessão, falta de planejamento, migrações desordenadas, explosão populacional e a erosão dos serviços prestados pelo Estado são dificuldades brasileiras que, no Rio, tiveram um peso ainda maior, se contrapõe a tudo que é dito no parágrafo anterior, ou seja, temos um parágrafo que aponta as características positivas do Rio de Janeiro e um outro parágrafo, introduzido por *no entanto* em posição medial, após um advérbio de tempo, que aponta os aspectos negativos desse mesmo estado, havendo dessa forma um contraste entre os parágrafos do texto, mais especificamente, o parágrafo com informações negativas contrargumenta o anterior, com informações positivas, realçando as informações negativas.

4.2.4. O uso de *CONTUDO*

Em um estudo etimológico, Longhin-Thomazi (2007) conclui que a construção *contudo* é a soma da preposição *com* e do pronome indefinido *tudo*, que juntos veiculavam o sentido de “com tudo isso”, “com todas essas coisas”. Segundo Ali (1964), *co todo eso*, foi usado como uma expressão anafórica em companhia de *mas* e também em companhia de construções concessivas, como correlato enfático.

Com o passar do tempo, com a perda da transparência semântica, a construção perde o *Esso*, e o *com* e o *tudo* sofrem aglutinação, formando a construção *contudo*, que, segundo Longhin-Thomazi (2007), nos contextos em que é correlato enfático de construções concessivas, passa a assumir o valor contrastivo da construção.

Com maior frequência de uso no século XIX, *contudo* apresenta particularidades sintático-semânticas que o diferenciam das demais construções, aproximando-a de sua forma fonte. Com preferência por articular fragmentos textuais maiores, como períodos e sequências discursivas, *contudo* apresenta liberdade posicional, sem preferência por uma ou outra posição (inicial ou medial), além de não apresentar uniformidade na grafia (*comtudo*, *com tudo*).

Em ambos os séculos, podemos verificar os rastros adverbiais dessa construção, uma vez que o valor adversativo é percebido pelo contexto de uso de *contudo*. Ou seja, o contraste não é indiciado pelo *contudo*, mas pelo contexto em que está inserido, conforme exemplo em (12):

- (12) (...) *aque*m Remeti omeo Reque= | rimento, pedindo o soldo deSargento-Mor de Praça, munido detrez Do= | cumentos, *que* vem aser aPortaria daminha nomeação deComm.de, huma | atestação do General, amais honroza; pois nella diz omais, *que* sepode | dizer, para eu ser digno do premio deSua Alteza, eComo euquando dirigi adita | Carta, eRequerimento, julguei, *que* asua Chegada áCorte, fose atempo | deque os Manos, eSenhores Doutores, Antonio Carlos, e Martim Francisco, | ja tiverem embarcado, ou em acção de ofazer para esta America, | não lhes escrevi, emenos a V.S.a deque se ignorava o destino, esó | sefalava em Confuzaõ, havia Couza de dois anos: **Contudo** sem= | pre Recomendai aos ditos Silva & Filho, Consultacem Com os ditos Ma= | nos, se ainda ahy estivecem, principalmente Com V.S.a, se tivece | ||5r Chegado áCorte, comquem eu tinha particular amizade, dizendo aseu Respeito | aos ditos, mais alguma Couza; (19CP: 19)

Nesse exemplo, podemos perceber que o interlocutor retoma, com o fragmento iniciado por *contudo*, tudo o que foi falado antes a respeito dos documentos que foram remetidos a *Sua Alteza*, ou seja, *contudo* tem um comportamento de expressão fórica. Só que o contexto permite que façamos uma leitura de contraste entre o que é informado antes de *contudo* e depois da construção.

Outro uso semelhante a (12), pode ser verificado em (13):

- (13) Recebemos uma 2ª correspondencia do Senhor *Soldado da bicha* dirigida unicamente contra o Senhor *Desapaixonado* que a pesar de ser concebida em termos assaz decentes, e de fazer justiça ao Senhor Governador das Armas d'esta Provincia, não inserimos **contudo**, por não gostarmos de que as questões vão adiante em a nossa folha. || O Redactor. (19CLR: 412)

Nesse caso, *contudo* funciona como correlato enfático da construção concessiva *a pear de*, ou seja, temos um segmento concessivo que é reforçado pela expressão fórica *contudo*: *a pesar de ser concebida em termos assaz decentes, e de fazer justiça ao Senhor Governador das Armas d'esta Provincia, não inserimos **contudo**, por não gostarmos de que as questões vão adiante em a nossa folha*. O contraste criado entre um grupo de características positivas e fato de a carta não ter sido enviada, apesar de todas essas características positivas é reforçado pelo *contudo*.

Para melhor explicar esses casos de falta de clareza semântica de *contudo*, podemos recuperar os estudos sobre os contextos realizados por Heine (2002). Dessa forma, podemos verificar a importância do contexto para os estudos que lidam com termos ambíguos, em processo de gramaticalização.

Restringindo nossa análise contextual aos séculos XIX e XX, conseguimos depreender parte dos contextos que permitiram o aparecimento de *contudo* juntor adversativo. De acordo com exemplo (12) e (13), os estágios evolutivos podem ser explicados.

Em (13), *contudo*, como um correlato enfático de uma construção concessiva, em um contexto de contraste, construído com *a pesar de*, permite que façamos uma inferência em termos contrastivos para *contudo*. Nesse exemplo, teríamos então o contexto *bridging*.

Por outro lado, em (12) a leitura de contraste é permitida pelo contexto como um todo e a construção, nesse uso, revela resquícios de seu uso fonte, o que é comum acontecer no contexto *switch*, ou seja, o significado adversativo ganha o primeiro plano, no entanto, essa nova leitura ainda é sustentada pelo contexto de uso, além de ser permitido alguns resquícios do contexto anterior, representado pelo exemplo (13).

Já no século XX, há usos em que o sentido de *contudo* foi convencionalizado, ou seja, ele adere ao sentido adversativo independentemente do contexto para expressá-lo. Esse é o último estágio sugerido por Heine. No entanto, a construção está em processo de gramaticalização, uma vez que ainda é possível, em alguns casos, retomar o uso fonte dessa construção, ou seja, há usos mais gramaticalizados que coexistem com usos menos gramaticalizados.

Em (14), então, segue um exemplo do uso de *contudo*, como um juntor adversativo, exprimindo, mais especificamente, o sentido de contra-argumentação.

- (14) A despeito, no entanto, de certas sensíveis diferenças entre passado e presente, a campanha acaba achando um rumo estranhamente verdadeiro, que haveria de ser estimulante. Surgem em todo o país as tribunas de um debate razoavelmente livre, apesar dos temores de muitos candidatos, devidamente

inteirados do risco de responder a posteriori por seus eventuais excessos, não sendo totalmente claro o significado do substantivo excesso. **Contudo**, essa repentina liberdade passa despercebida, por maiores que sejam os esforços dos que ocupam as tribunas para chamar a atenção dos eleitores. (19CLRV:35)

Nesse uso, *contudo* perde a transparência semântica de expressão fórica, além de já apresentar uma grafia aglutinada. Com isso, essa construção adversativa contra-argumenta S2 *essa repentina liberdade passa despercebida, por maiores que sejam os esforços dos que ocupam as tribunas para chamar a atenção dos eleitores* com o que é dito antes, que constitui o S1.

Em suma, temos representado em nossos *corpora* exemplos dos diversos estágios de evolução de *contudo*:

1. Contexto *Bridging* – *contudo* / *com tudo*, como correlato enfático de uma construção concessiva, conforme exemplificado em (13);

2. Contexto *Switch* – *contudo* / *com tudo*, expressando contraste, sustentado ainda pelo contexto e com resquícios de seu significado fórico, de acordo com a exemplificação de (12);

3. Convencionalização – *contudo*, como juntor adversativo, próximo do uso conjuncional, conforme visto no exemplo (14).

4.2.5. O uso de *TODAVIA*

Etimologicamente, *todavia* derivou de *toda* e *via*, significou no latim, de acordo com Nascentes (1955), “em todo caminho”, “constantemente”. Já no português arcaico teve como sentido primeiro “sempre”, “constantemente”. Em seus estudos históricos, Ali (1964) afirma que *todavia* é um dos correlatos enfáticos das construções concessivas.

Ainda no século XIX, verificamos usos em que essa construção funciona como correlato enfático de outras construções, como é o caso da concessiva, ilustrado por (15).

- (15) Ignoramos se a correspondencia do Senhor Inimigo do Despotismo contem ou não calumnias e mentiras, mas nem por isso adoptamos a comminação do Senhor Ouvidor, de ser havido aquelle nosso Correspondente por mentiroso e intrigante, só porque não descobrio o seu nome. Desejamos além d'isto que a nossa Folha não fosse o meio de manter a desavença em parte alguma da Provincia, e por tanto **ainda que** a imparcialidade com que escrevemos nos obrigue por agora a admitir o desafogo do Senhor Ouvidor, **todavia** esperamos que para o futuro os Senhores que acharem lesada a sua reputação, recorram de preferencia aos meios que a lei outorga, e não nos considerem obrigados a inserir tudo quanto quizerem escrever, pois que isso vai tirar á nossa Folha o logar, que devem ter as materias de instrucção. (19CLR: 402)

Em (15), usado em um contexto de contraste entre o que é ressaltado por *ainda que* – *ainda que a imparcialidade com que escrevemos nos obrigue por agora a admitir o desafogo do Senhor Ouvidor* – e o que é posto em, *todavia esperamos que para o futuro os Senhores que acharem lesada a sua reputação, recorram de preferencia aos meios que a lei outorga, e não nos considerem obrigados a inserir tudo quanto quizerem escrever, todavia* reforça esse sentido de ressalva expresso por *ainda que*.

Outro uso de *todavia*, no século XIX, como correlato enfático está expresso em (16), só que, nesse caso, *todavia* co-ocorre com uma construção adversativa e não com uma concessiva.

- (16) O *Senhor* Constitucional de Pariz, ou não anda em dia, ou faz que não anda, com o Direito Publico, que é hoje universalmente seguido, visto que só concede a um Estado novo o direito de adoptar a forma de Governo que lhe parecer. Nós, **porem**, sem julgarmos conveniente que um Estado velho ou novo ande ás cambalhotas com fórmãs de Governo, não sabemos **todavia**, como é que se-lhes-possa negar esse direito. || O Redactor. (19CLR: 432)

Assim como em (15), em (16), *todavia* é usado para reforçar o valor de contraste expresso por *porém*, ao relacionar contrastivamente S1, *O Senhor Constitucional de Pariz, ou não anda em dia, ou faz que não anda, com o Direito Publico, que é hoje universalmente seguido, visto que só concede a um Estado novo o direito de adoptar a forma de Governo que lhe parecer*, com S2, *Nós, porem, sem julgarmos conveniente que um Estado velho ou novo ande ás cambalhotas com fórmulas de Governo, não sabemos todavia, como é que se-lhes possa negar esse direito*.

Esse comportamento de *todavia* aponta para um percurso de gramaticalização menos avançado que o de *porém*, uma vez que ele está sendo usado para dar maior expressividade ao sentido de adversidade indicado por *porém*.

O comportamento sintático de *todavia*, no século XIX, também indica, como as demais construções já discutidas, liberdade posicional (inicial, medial), com preferência para a posição inicial, articulando somente períodos; já no século XX, com apenas duas ocorrências, a construção é usada somente em posição inicial, articulando sequências discursivas. Por outro lado, o comportamento semântico revela preferência por marcar contra-argumentação, quando essa construção atua em contexto em que seu valor adversativo já está convencionalizado.

Dessa forma, podemos visualizar, nos *corpora* em análise, um percurso evolutivo de *todavia* semelhante ao percurso de *contudo*. Em um primeiro momento, depreendemos o contexto que possibilitou o surgimento da adversativa, ou seja, o contexto de concessão permitiu que inferências de contraste fossem feitas. Esses casos seriam exemplos do contexto *bridging*, ou seja, entre casos convencionalizados de *todavia*, há casos em desenvolvimento da mesma construção, o que significa que ela está em processo de gramaticalização, em uma posição ainda distante da conjunção prototípica.

4.2.6. O uso de *SÓ QUE*

Com uma única ocorrência, *só que*, apresentou seu primeiro uso como construção adversativa no século XX. Por causa do número baixo de casos não faremos generalizações, apenas relataremos, sintática e semanticamente, esse uso único comparando-o com os usos de *mas*.

Formada historicamente, de acordo com Longhin-Thomazi (2003a), pelo advérbio *só* e pela partícula multifuncional *que*, *só que* sofre reanálise e passa a ser usado como uma construção adversativa.

Em (17), temos o único exemplo dessa construção reanalizada:

- (17) Alternância do poder, por meios democráticos, é um fenômeno exclusivo das democracias – só ali os democratas mandam e, como são democratas, aceitam passar o poder quando o perdem, no Brasil, sabemos todos, ainda não é assim. Claro, vive-se ultimamente um período de galopante inflação democrática: quase já não se pode andar, hoje em dia, sem esbarrar de hora em hora num novo democrata, num recentíssimo soldado do estado de direito, num fulminante caso de conversão aos melhores ideais de liberdade. **Só que** nenhum deles está mandando – e, quando mandavam, estavam tão ocupados com seus cargos que, infelizmente, não tinham tempo para pensar na democracia. (20CLRV: 62)

Essa ocorrência mostra o uso de *só que* em posição inicial, articulando sequências discursivas, extrapolando a sintaxe oracional, ou seja, a construção mostra-se, neste exemplo, produtiva para exercer um trabalho fortemente textual, juntando partes textuais de modo coeso. Visto semanticamente, *só que*, além do sentido básico de contraste das adversativas, comporta-se como um marcador de contra-argumentação.

Desse modo, sem muitas pretensões, podemos aproximar esse uso aos usos de *mas*, por causa da preferência em ocupar a posição inicial, articular sequências discursivas e expressar contra-argumentação.

4.3. Grau de gramaticalidade das construções adversativas

Observadas atentamente durante os séculos XIX e XX, em diferentes tipos de cartas, escritas no estado de São Paulo, as construções adversativas de base adverbial apresentam

uma mudança de comportamento bastante significativa entre esses dois séculos, se vista separadamente, ou seja, se olharmos para cada construção nos dois séculos, percebemos que todas aumentaram seu grau de gramaticalidade.

Esse avanço no grau de gramaticalidade das construções pode ser percebido, por exemplo, no caso de *contudo* que até o século XIX não tinha adquirido o sentido adversativo, ou seja, a construção ocorria em contextos de adversidade, junto de outros itens que ajudavam na construção desse sentido; somente no século XX, *contudo* convencionaliza o sentido adversativo, passando a ocorrer em contexto em que somente ele estabelece a relação de adversidade. Isso também acontece com construções como *todavia*, como pode ser verificado no capítulo anterior, na seção 4.2.5.

Considerando esse processo de gramaticalização das construções em discussão, podemos propor, com base nos traços caracterizadores da conjunção adversativa prototípica *mas*, um quadro comparativo dessas construções. Para tanto, recuperamos quais são esses traços definidores e, em seguida, apresentamos o quadro com a matriz de traços.

Traços que definem uma conjunção adversativa prototípica:

1. posição inicial fixa na sentença;
2. articulação de diferentes unidades sintáticas, desde sintagmas não-oracionais até sequências discursivas;
3. não co-ocorrência com outras conjunções;
4. estruturação de uma construção estritamente binária, S1 e S2;
5. estabelecimento de contraste por meio de diversas estratégias argumentativas;
6. não apresentação de usos em que podem ser verificados resquícios de sua forma fonte²².

²² Esse sexto traço surgiu a partir das análises dos dados, o que justifica a matriz de traços de *mas*, no capítulo 2, não apresentá-lo.

Assim como *mas*, os graus de gramaticalização das demais construções serão comparados de acordo com esses seis traços, estabelecidos com base no funcionamento de *mas* e também com base nos pressupostos teóricos da gramaticalização de conjunções.

Desse modo, vejamos o quadro abaixo:

Conjunção	Traço						TOTAL
	1	2	3	4	5	6	
Mas	+	+	+	+	+	+	5
Só que	+	-	+	+	-	+	4
Porém	-	+	-	+	+	-	3
Contudo	-	-	-	+	-	-	1
Todavia	-	-	-	+	-	-	1
No entanto	-	-	-	+	-	-	1
Entretanto	-	-	-	+	-	-	1

Tabela 10: Matriz de traços de um juntor adversativo prototípico.

Nesse quadro, obtemos um resultado comparativo quantitativo das construções adversativas, com base em toda a análise comparativa qualitativa que fizemos delas. Nele podemos perceber que existe um grupo de construções que, apesar de suas particularidades, podem ser agrupadas em um mesmo domínio: *contudo*, *todavia*, *no entanto* e *entretanto*. Essas construções apresentam comportamentos, embora particulares, muito próximos se vistos como um todo.

São construções que no século XIX apresentavam um distanciamento maior das ditas conjunções prototípicas por apresentarem um comportamento fluido, já que permitiam uma aproximação com seus usos adverbiais, algumas vezes no comportamento sintático, como o caso de *entretanto* e *no entanto*, que, com grande frequência, co-ocorriam com outras conjunções; outras vezes no âmbito semântico, como o caso de *contudo* e *todavia*, em que o

sentido da forma fonte ainda era bastante evidente, sendo que somente o contexto permitia uma leitura adversativa.

Já no século XX as construções assumem um papel mais próximo ao das conjunções adversativas, por convencionalizarem o sentido adversativo, especializando-se na estratégia argumentativa em que expressam contra-argumentação; e por diminuírem os usos em que permitem co-ocorrência. No entanto, não as consideramos conjunções prototípicas ou usos que se aproximam mais do *mas* por apresentarem mobilidade posicional e ainda apresentarem, em alguns usos, reflexos da forma fonte.

À luz dessas reflexões, propomos, então, um possível *cline* de gramaticalização dessas construções:



Ressaltamos que *mas* representa, mais uma vez, a base comparativa para a exposição do funcionamento das demais construções. De um modo geral, podemos dizer que *só que*, embora apresente muitas similaridades com *mas*, apresenta uma única diferença que o coloca em um patamar anterior ao de *mas*: essa construção permite co-ocorrência com outros juntores, conforme explicita o trabalho de Longhin-Thomazi (2003). Exemplos como (18) abaixo, retirado desse trabalho, demonstram esse uso.

- (18) Não precisava pegar nada, nada meu, sabe? Uma boa. Uma boa.
Também já fiz gincana, **MAS SÓ QUE** não teve instrumentos para
<tro-> tocar para gente – não teve disco, não teve nada. (PEUL-E40)

Na escala de gramaticalização, *porém* precede *só que*, uma vez que ora está mais próximo dos prototípicos a sua direita, ora se comporta como o grupo a sua esquerda, permitindo certa mobilidade posicional.

Além dessa mobilidade posicional, *porém* está menos gramaticalizado que *só que* por apresentar, no século XIX, um uso em que seu valor adverbial pode ser retomado, ou seja, ele funciona como um advérbio de reforço, conforme exemplificado em (5), na seção 4.2.1.

Já as demais construções se distanciam da prototipicidade, estando, portanto, menos gramaticalizadas que as demais, por apresentarem um funcionamento mais fluido, uma vez que não apresentam posição fixa; não articulam diferentes unidades sintáticas, como *mas* que articula até sintagmas não-oracionais; permitem a co-ocorrência com outras conjunções; não utilizam várias estratégias argumentativas para estabelecer contraste, uma vez que os dados apontam para um uso especializado em contra-argumentação; enfim, apresentam usos em que verificamos resquícios de suas formas fontes.

Em suma, percebemos que até certo ponto as construções adversativas analisadas seguem um percurso semelhante ao de *mas*, no entanto elas se diferenciam por não serem construções multifuncionais como *mas*, ou seja, enquanto *mas* apresenta mais de uma trajetória de gramaticalização, as demais construções, no *corpus* analisado, apresentam uma única trajetória. Elas caminham para uso fortemente textual, se especializando em articular sequências discursivas maiores, no entanto não são usadas para articularem sintagmas não-oracionais, tampouco são usadas em um contexto mais interacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa, objetivando analisar as construções adversativas de base adverbial do português, utilizadas durante os séculos XIX e XX, conjugou os pressupostos teóricos da Gramaticalização e da perspectiva textual-interativa, com a finalidade de explicar os usos dessas construções e propor um possível *cline* de gramaticalidade dessas construções, com base em uma matriz de traços que caracteriza a construção adversativa prototípica. Para tanto, percorremos as etapas evolutivas dos jutores, tendo como parâmetro a trajetória do adversativo prototípico *mas*, que está em estágio mais avançado de gramaticalização.

Para atingirmos esse objetivo maior, inicialmente propusemos uma investigação do modo como diferentes perspectivas teóricas explicam o funcionamento das denominadas “conjunções adversativas”. Mostramos que gramáticos normativos, como Bechara (1999), Cunha e Cintra (1985) e Rocha Lima (1972), apesar de apontarem para possíveis diferenças de uso dessas construções, não conseguem lidar com o comportamento fluido delas e propõem explicações que não dão conta de embasá-las.

Em seguida, abordamos alguns trabalhos, como Lakoff (1971), Ducrot (1977), Neves (2000, 2006) e Longhin-Thomazi (2003), que enfocam os aspectos semântico-pragmáticos das construções, ao fazerem a descrição de seus usos. Foram com essas descrições que conseguimos delinear uma base teórica mais sólida para explicarmos o funcionamento das adversativas, mas, mais especificamente, foi nesses trabalhos que buscamos respaldo teórico para mapearmos o funcionamento sintático-semântico-pragmático do jutor prototípico *mas*.

Com o mapeamento de *mas*, conseguimos delimitar os traços definidores da conjunção adversativa prototípica do português e com base nesses traços as demais construções foram analisadas e descritas.

Em um segundo momento, buscamos os principais conceitos de gramaticalização e tratamos de noções que nos ajudaram nas análises das construções adversativas. Em termos simplificados, entendemos gramaticalização, neste trabalho, como um processo de mudança lingüística unidirecional e gradual de pragmatização e subjetivização do significado, que envolve mecanismos metafóricos e metonímicos e que tem motivações pragmáticas e cognitivas.

Além de conceitos chave da teoria da Gramaticalização, tratamos também de estudos relevantes sobre junção e propusemos, com base em Halliday (1985), um possível inter-relacionamento de gramaticalização com junção. Assim, conseguimos uma base mais sólida para lidarmos com construções que servem para unir orações, ou seja, mais uma vez conseguimos lidar com o funcionamento instável das conjunções, tratando relações de “subordinação” e “coordenação” de outra perspectiva que não a normativa.

Ademais, também buscamos respaldo teórico na perspectiva textual-interativa, pois aspectos dessa teoria auxiliaram também na abordagem da fluidez do uso das construções em discussão, ou seja, a perspectiva textual-interativa ofereceu sustentação teórica para falarmos de domínios mais textuais e menos interativos e de domínios mais interativos e menos textuais. Isso permitiu descrever a trajetória da construção que serviu de base analítica para esse trabalho: o *mas*.

Considerando essa base teórica, os resultados atingidos foram positivos, na medida em que:

(i) O juntor *mas* foi reconhecido como multifuncional, ora exercendo uma função mais textual, ora exercendo uma função mais interacional. Além disso, esse papel mais interacional foi reconhecido como parte do processo de gramaticalização da construção, ou seja, um dos percursos seguidos por *mas* resulta em um uso como Marcador Discursivo;

(ii) Descrevemos e pontuamos detalhadamente o funcionamento sintático e semântico das construções adversativas de base adverbial do português, utilizadas nas cartas dos séculos XIX e XX, o que nos ajudou a explicar, em parte, o comportamento fluido dessas construções, pois verificamos que são construções que se encontram em processo da gramaticalização;

(iii) Analisamos e exemplificamos os diferentes comportamentos dessas construções em ambos os séculos e com isso conseguimos depreender momentos em que a mudança, advérbio > juntor textual, estava acontecendo, ou seja, conseguimos depreender momentos de coexistência da forma fonte com a forma alvo;

(iv) Enfim, conseguimos comprovar até certo ponto nossa hipótese inicial, já que em grande parte do percurso as construções analisadas seguem um caminho de mudança semelhante ao de *mas*. As diferenças encontradas foram duas: essas construções se especializaram, na grande maioria das ocorrências, na realização da contra-argumentação e nenhuma delas ocorrem, como *mas*, em contextos mais interacionais, isto é, não funcionam como Marcadores Discursivos, se restringem apenas em articularem sequências discursivas maiores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALI, M. S. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- BARBOSA, A.; LOPES, S. (orgs) *Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do século XIX: carta de leitores*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, 2006.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BOTARO, T. C. *O funcionamento das conjunções adversativas do português*. Relatório de Iniciação Científica. UNESP – Ibilce, São José do Rio Preto, 2006.
- BYBEE, J. *et al. The evolution of grammar*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1994.
- BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. (ED). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackweel, 2003.
- CÂMARA JR, J. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1975.
- CARONE, F. *Coordenação e subordinação: confrontos e contrastes*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1988.
- CASTILHO, A. T. A gramaticalização. *Estudos Linguísticos e Literários*, 19:25-64, 1997.
- CAVALHEIRO, E. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*. [s.i.p.] [s.n.] [19--].
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática de língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1985.
- COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. RJ: Presença, 1979.

- CUNHA, A. G. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- CUNHA, A. G.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DASCAL, M., KATRIEL, T. *Between semantics and pragmatics: the two types of “but” – hebrew “aval” e “ela”*. (mimeo)
- DUCROT, O. *Princípios de semântica linguística: Dizer e Não Dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- DUQUE, P. H. *Contrastes e Confrontos: Um estudo funcional do elemento mas na fala e na escrita*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- FABRI, K. *A diferenciação das conjunções adversativas em diferentes tipos de textos escritos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 2001.
- FERNANDES, L. *71 Cartas de Mário de Andrade*. São Paulo: Livraria São José, [19--].
- GERALDI, J. W. Tópico-comentário e orientação argumentativa. In: ORLANDI *et al.* (orgs.) *Sobre a estruturação do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1981.
- GONÇALVES, S. *et al.* (orgs) *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- HASPELMATH, M. Coordination. In: SHOPEN, T. (Org.) *Language typology and linguistic description*. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- HALLIDAY, M. Above the clause: the clause complex. In: _____ *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985, p. 192-251.
- HEINE *et al.* *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991a.

HEINE, B. From cognition to grammar: evidence from african languages. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization: focus on theoretical and methodological issues*. Amsterdam: John Benjamins, 1991b. v. 1, p. 149-87.

_____. On the role of context in grammaticalization. In: WISHER, I. (ed.) *New Reflections on Grammaticalization*. PA, USA: Johns Benjamins Publishing Company, 2002.

_____. Grammaticalization. In: JOSEF, B.D.; JANDA, R. (eds.) *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

HOPPER, P. J. On Some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (eds.) *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamin, 1991, p. 17-35.

HOPPER, P., TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOUAISS, A. et al. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. RJ: Objetiva, 2002.

JUBRAN, C. C. A. S. Tópico Discursivo. In: JUBRAN, C.; KOCH, I. (Orgs). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da Unicamp, vol. I, 2006.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, T; RIBEIRO, I.; KURY, A. G. *Novas lições de análise sintática*. 9.ed. São Paulo: Ática, 2002.

KOCH, I. A articulação entre orações no texto. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 28, p. 9-18, 1995.

LABOV, W. *Principles of linguistic change: Internal factors*. Cambridge: Blackwell, 1994.

LAKOFF, R. "If's And's and But's about conjunction". Fillmore, C., Langendoen, D. (eds) *Studies in linguistic semantics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, p.114-149, 1971.

LONGHIN-THOMAZI, S. *A gramaticalização da perífrase conjuncional "só que"*. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 2003a.

_____. A perífrase conjuncional “só que”: invariância e variantes. *Alfa*, v.47, n° 2, p.139-152, 2003b.

_____. Gramaticalização, (inter)subjativização e modalidade epistêmica: o caso de ‘assim’. *Estudos Linguísticos*, v. 35, p. 1772-1779, 2006a.

_____. Gramaticalização de conjunções coordenativas: a história de uma conclusiva. *Gragoatá*, n. 21, 2006b.

_____. *Gramaticalização e discurso: a constituição de “advérbios conjuncionais” adversativos*. Comunicação Oral. 55º Seminário do GEL: Franca, 2007.

_____. Vai que eu engravidado de novo?: gramaticalização, condicionalidade e subjetização. *Lusorama*, v. 81-82, 2010.

LOPES-DAMASIO, L. R. *A emergência do marcador discursivo ASSIM sob a ótica da gramaticalização: um caso de multifuncionalidade e (inter)subjativização*. Dissertação de Mestrado. UNESP-Ibilce, São José do Rio Preto, 2008.

MAGNE, A. *Dicionário etimológico da língua latina: famílias de palavras e derivações vernáculas*. Rio de Janeiro: INL, 1952.

MARTELOTTA et al. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1996.

MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Libraire Honoré Champion, 1912.

MITHUN, M. The grammaticization of coordination. In. HAIMAN, J.; THOMPSON, S (orgs) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1988.

NASCENTES, A. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: s/e, 1955.

NEVES, M.H.M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

- PEZATTI, E. O advérbio *então* já se gramaticalizou como conjunção? *DELTA*, v.17, n.1, 2001.
- PEZATTI, E.; LONGHIN-THOMAZI, S. R. *As construções coordenadas*. Gramática do português culto falado. Campinas, Editora da Unicamp, 2008
- QUIRK, R. *et al.* *A Grammar of Contemporary English*. Great Britain: Longman, p.550-571, 1975.
- RAIBLE, W. Linking clauses. In: HASPELMATH, M.; KÖNIG, E.; OESTERRREICHER, W.; RAIBLE, W. (eds) *Language typology and language universals – an international handbook*. Berlin, New York: De Gruyter, p.590-617, 2001.
- RISSO, M. S. *et al.* Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (org.) *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, v.1, 1996., p.21-94.
- _____. Traços Definidores dos Marcadores Discursivos. In: JUBRAN, C. C. A. S. Tópico Discursivo. In: JUBRAN, C.; KOCH, I. (Orgs). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da Unicamp, vol. I, 2006.
- ROCHA, A. P. *Gramaticalização de conjunções adversativas em português: em uma busca da motivação conceptual do processo*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2006.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 33.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- SACCONI, L. *Nossa Gramática*. 25ed. São Paulo: Atual, 1999.
- SIMÕES, J.; KEWITZ, V. (org) *Cartas paulistas dos séculos XVIII e XIX: uma contribuição para os corpora do PHPB*. São Paulo: Humanitas/FFL/USP, 2006.

SWEETSER, E. Grammaticalization and semantic bleaching. *Proceedings of the Fourteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. IN: AXMAKER, S.; JAISSE, A.; SINGMASTER, H. (Orgs). Berkeley, 1988.

_____. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

TRAUGOTT, E. "From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization". *Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science*. Lehmann, C., Malkiel, Y. (orgs), 24:245-271, 1982.

TRAUGOTT, E.C.; KÖNIG, E. The Semantics-Pragmatics of Grammaticalization Revisited. In: TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. *Approaches to Grammaticalization*. v.1, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 189-218, 1991.

_____. Constructions on grammaticalization. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. (eds.) *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003a.

_____. From subjectification to intersubjectification. In: HICKEY, R. (ed.) *Motives for language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003b.

VOGT, C; DUCROT, O. De "magis" a "mas": uma hipótese semântica. In: VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1980. p.103-128.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

São José do Rio Preto, 20 de setembro de 2010

TATIANA CIAN BOTARO